



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

COMISSÃO PERMANENTE

ACTA DA REUNIÃO DE 27 DE JULHO DE 1989

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crêspo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

João Domingos Fernandes de Abreu Salgado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 17 horas.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei n.ºs 426/V a 428/V e da ratificação n.º 85/V.

O Sr. Deputado Carlos Brito (PCP) falou sobre o termo dos trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito à aplicação das verbas do Fundo Social Europeu, as consequências ambientais do acidente do navio Marão e as conclusões da visita da delegação parlamentar a Barqueiros. Respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Montalvão Machado, Carlos Encarnação e Silva Marques (PSD).

O Sr. Deputado Luís Filipe Menezes (PSD) congratulou-se com a eleição dos Deputados Europeus António Capucho e João Cravinho para Vice-Presidentes do Parlamento Europeu, no que foi secundado pelo Sr. Deputado António Guterres (PS), que também realçou a eleição da eurodeputada Maria Santos para Presidente do Grupo Os Verdes naquele Parlamento.

O Sr. Deputado Ferraz de Abreu (PS) manifestou preocupação pelo elevado número de incêndios florestais que têm ocorrido e apresentou à Comissão um projecto de deliberação sobre a matéria. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Encarnação (PSD), Herculano Pombo (Os Verdes) e Carlos Brito (PCP).

O Sr. Deputado Narana Coissôr (CDS) enalteceu a importância de que se reveste para o País a eleição do Dr. Cruz Violaça para o cargo de Presidente do Tribunal de 1.ª Instância da CEE.

O Sr. Deputado Herculano Pombo (Os Verdes) referiu-se também à eleição da Deputada Maria Santos para Presidente do Grupo Os Verdes no Parlamento Europeu e à situação decorrente do derrame de crude pelo Marão.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira (PCP) abordou a evolução económica do País.

O Sr. Deputado Alberto Martins (PS) pronunciou-se sobre o funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito à aplicação das verbas do Fundo Social Europeu e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Rui Salvada (PSD), Narana Coissôr (CDS), Carlos Brito (PCP), Marques Júnior (PRD). A este propósito, o Sr. Deputado Rui Salvada (PSD) exerceu ainda o direito de defesa da honra relativamente a afirmações do Sr. Deputado Narana Coissôr (CDS), que no fim deu explicações.

O Sr. Deputado Silva Marques (PSD) abordou a política económica e social do Governo e respondeu a protestos dos Srs. Deputados Octávio Teixeira (PCP) e António Guterres (PS).

Ordem do dia. — A Comissão Permanente autorizou um Sr. Deputado a depor em tribunal como testemunha e denegou autorização a um outro, tendo ainda aprovado um parecer sobre substituição de deputados do PSD, do PS e do PCP, o qual suscitou uma intervenção do Sr. Deputado Silva Marques (PSD) a propósito da substituição do Sr. Deputado Jorge Lemos (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19 horas e 20 minutos.

O Sr Presidente — Srs Deputados temos quorum pelo que declaro aberta a reunião
E am 17 horas
Estavam presentes os seguinte Srs Deputados

Presidente	
Vitor Pereira Crespo (PSD)	
Vice Presidentes	
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira (PSD)	
Joaõ Eduardo Coelho Ferraz de Abreu (PS)	
Jose Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP)	
António Alves Marques Junior (PRD)	
Carlos Manuel Sousa Encarnação (PSD)	
Caílos Miguel Maximiano de Almeida Coelho (PSD)	
Domingos Duarte Lima (PSD)	
Fernando José Russo Roque Correia Afonso (PSD)	
Joaquim Maria Fernandes Marques (PSD)	
António Abilio Costa (PSD)	
Jose Alvaro Pacheco Pereira (PSD)	
Jose Augusto Santos Silveira Marques (PSD)	
Joaõ Domingos Ferreira de Abreu Salgado (PSD)	
Luis Filipe Menezes Lopes (PSD)	
Marco Júlio Montalvão Machado (PSD)	
Miguel Bento Mendes da Cunha Macedo e Silva (PSD)	
Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD)	
Rui Albeiro Limpio Salada (PSD)	
Afonso Manuel de Oliveira Guterres (PS)	
Armando António Martins Vara (PS)	
Joaõ Rui Gaspar de Almeida (PS)	
João Lacaçao Costa (PS)	
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida (PS)	
José Socorro Carvalho Pinto de Sousa (PS)	
Caílos Alfredo de Brito (PCP)	
Octávio Augusto Teixeira (PCP)	
Hermínio Pais Fernandes Martinho (PRD)	
Natalina Soares Coissoro (CDS)	
Heitor da Silveira Pombo Marques Sequeira (PEV)	

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Para anunciar o expediente que deu entrada na Mesa tem a palavra o Sr Secretário

O Sr Secretário (Reinaldo Gomes) — Deram entrada na Mesa apresentados pelo PS os projectos de lei n.º 426/V — Criação da freguesia do Senhor da Serra — 427/V — Criação da freguesia de Ribas — e 428/V — Criação da freguesia do Carvalhal — e apresentada pelo PCP a ratificação n.º 85/V sobre o Decreto Lei n.º 226/89 de 7 de Julho que transfere para a Petroquímica e Gás de Portugal EP em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos. Estes diplomas foram todos admitidos e baixaram as respectivas comissões

O Sr Presidente — Para uma intervenção tem a palavra a o Sr Deputado Carlos Brito

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Presidente Srs Deputados De acordo com as competências da Comissão Permanente desejo em nome do Grupo Parlamentar do PCP tomar posição em relação a três questões de grande importância e actualidade política a decisão unilateral do PSD de por termo a Comissão de Inquérito sobre o Fundo Social Europeu as responsabilidades do Governo na falta de meios para combater a maré negra que assola o sudoeste alentejano e a costa vicentina e as reacções de certos meios às conclusões da delegação parlamentar que se deslocou a Barqueiros

Em relação à primeira questão começamos por dizer que embora não nos que amos imiscuir nos trabalhos substanciais de qualquer Comissão de Inquérito entendemos que os grupos parlamentares não podem deixar de reagir quando entendem que numa Comissão de Inquérito não está a dar cabal cumprimento ao mandado que lhe foi conferido

E com este espírito que aqui largamos o mais energico protesto em relação à decisão do PSD de por termo unilateralmente a toda a elocidade a Comissão de Inquérito sobre o Fundo Social Europeu. Esta decisão é tanto mais estranha e repreendível quanto o PCP e outros partidos da Oposição tem demonstrado repetidamente a indispensabilidade de se faze em determinadas audições e de se tomar conhecimento de determinados documentos que ainda não chegaram a comissão

Nada pode explicar que nestas condições os deputados do PSD que am por abruptamente termo ao trabalho da comissão Da nossa parte demarcamo-nos firmemente e claramente destas tentativas

Num período em que crescem as acusações e suspeitas sobre a irregularidade no funcionamento de certos departamentos da administração de alguns departamentos governamentais e até de membros do Governo e de imperiosa necessidade que a Assembleia da República atraesse das suas comissões de inquérito apure a verdade com rigor e sem teorias. A actuação das comissões de inquérito parlamentares não pode ser minimamente passível de acusações de passar culpas ou de abafarrete

Quem o exigia são os interesses do País no caso concreto o prestígio externo do Estado português e até o prestígio das instituições democráticas

Ousamos por isso propor ao PSD que reconsiderasse a sua decisão. A não ser assim o PCP não hesitará em repetir a questão recorrendo para o Plenário da decisão agora imposta unilateralmente pelo PSD

Em relação à segunda questão o PCP apresentou na Comissão de Administração do Território Poder Local e Ambiente pelo intermédio do meu camarada Claudio Percheiro a proposta de actuar a Subcomissão de Ambiente para apreciar a situação e propor a adopção pela Assembleia da República de medidas correspondentes. O PCP regozija-se com a aprovação desta proposta por unanimidade da comissão. Entretanto não nos dispensou de aqui dar voz às posições indadas a público no sentido da responsabilização do Governo pela falta de meios para combater esta calamidade

Esta acusação parte tanto de responsáveis autárquicos como de organizações e cidadãos empenhados nas questões da ecologia e até de responsáveis da Armada. É sabido que a Marinha aguarda desde 1984 a aprovação de um plano de emergência por ela proposta

c que o acidente do Nisa em 1987 demonstrou ser plenamente inadiável. O sudoeste alentejano e a costa vicentina são unanimemente considerados como uma proposta de alto risco e por isso é chocante ver que o tempo tem passado sem que da parte do Governo tenham sido tomadas as medidas necessárias para enfrentar situações como a que agora se deplora.

Entendemos que o Governo não pode deixar de explicar à Assembleia da República por que não aprovou até agora esse plano de emergência proposto pela Marinha e nem sequer constituiu ainda um gabinete de emergência ou de crise para coordenar acções em caso de acidente como agora se verificou. A maré negra que tem assolado o sudoeste alentejano e a costa vicentina com tão devastadoras consequências constitui mais uma acusação à inércia, à ausência de capacidade de decisão e de operacionalidade do Governo.

A invasão do crude está neste momento, felizmente, a ser controlada e dominada, mas isso deve-se quase exclusivamente à acção das autarquias.

Em relação à terceira questão, queremos salientar que a Assembleia da República não pode ficar indiferente à forma como por parte de certas entidades foram acochilhadas as conclusões do relatório da recente missão parlamentar que em Barqueiros se inteirou dos gravíssimos acontecimentos de 26 de Julho.

É pelo menos inadequada, desrespeitosa e até insultuosa a forma como a MIBAL — empresa responsável pela descaracterização ecológica ambiental e paisagística do centro de Barqueiros — alude em comunicado público às conclusões objectivas do relatório parlamentar. A atitude da MIBAL e os acontecimentos dos dias seguintes comprovam que urge que o Governo leve a cabo as recomendações emanadas da Assembleia da República, a começar pela proibição definitiva da extração de caulino em Prestare e o accionamento dos meios próprios para apurar o ilícito criminal nos factos que conduziram à morte do jovem Carlos Simões.

Pela nossa parte, PCP, proporemos que a Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias continue a acompanhar a situação e apure o grau de cumprimento das recomendações que, correctamente, aprovou por unanimidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Deputado Carlos Brito, vou apenas abordar a primeira parte da sua exposição, ou seja, aquilo que diz respeito à Comissão de Inquérito sobre o Fundo Social Europeu.

Não sei, legitimamente não posso saber, aquilo que se passa nessa Comissão de Inquérito. As comissões de inquérito são sigilosas, os seus membros estão obrigados ao sigilo como deputados, e consequentemente não sei, digo e repito, não posso legitimamente saber aquilo que o Sr. Deputado Carlos Brito, ao fim e ao cabo, parece saber — e mais do que eu...!

Sei apenas que essa comissão hoje ainda está reunida e não sei se vai ou não terminar os seus trabalhos.

Tenho o respeito devido pelos membros que compõem essa comissão, por todos os membros de todos os grupos parlamentares que compõem essa comissão;

por conseguinte se essa comissão entende que deve terminar hoje os seus trabalhos ou que deve terminá-los daqui por um mês ou por dois meses é um problema dessa comissão e não um problema neste momento e agora desta Comissão Permanente.

Aguardo serenamente que a comissão se pronuncie e depois sobre a sua decisão o meu grupo parlamentar pronunciar-se-á tal como, então e só então, deve pronunciar-se o grupo parlamentar a que V. Ex.^a preside.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito brevemente vou responder ao Sr. Deputado Montalvão Machado por uma questão de consideração e pela natureza do assunto que levantei e que o seu pedido de esclarecimento suscita.

Bom, eu também não conheço pormenores — e comecei por dizer isso na minha intervenção — da actividade substancial da comissão. O que sei e que me foi transmitido pelos meus colegas na comissão é que eles entendem que a comissão não pode parar agora, entendimento que é partilhado por todos os partidos da Oposição na comissão, e que o PSD, como disfruta da maioria na comissão quer terminar abruptamente os trabalhos.

A minha diligência aqui, no lugar próprio, é no sentido de dizer, desde já, que nós queremos demarcar, completa e claramente, dessa decisão que o PSD quer impor. Mais: apelo para o PSD em nome das razões que invoquei — razões de prestígio do País, do prestígio externo do País e do funcionamento das instituições democráticas — para que o PSD reconsidera a sua decisão. É esta a minha explicação.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Deputado Carlos Brito, eu apenas queria fazer um ligeiro comentário ainda que só a forma de pedido de esclarecimento em relação à sua intervenção e não que diz respeito precisamente ao problema de Barqueiros e ao trabalho da subcomissão criada no âmbito da 3.^a Comissão.

O que eu lhe queria dizer é que o Grupo Parlamentar do PSD viu com muito agrado o trabalho realizado por aquela subcomissão e as conclusões finais que resultaram do seu trabalho e em nada do que foi afirmado naquele relatório o PSD discorda.

Como por outro lado decorre do próprio comunicado final da comissão, as condições por ela verificadas, que foram justamente as condições e o cuidado que o Governo tem posto na questão concreta da extração do caulino em Barqueiros, vão permitir que uma solução negativa possa resultar deste condicionalismo verificado. Ou seja, são justamente os cuidados postos pelo Governo na preservação do meio ambiente que vão fazer com que aquilo que todos desejamos — e que se tornou também uma ambição comum de todos nós conjuntamente com a população de Barqueiros — seja satisfeita a sua reivindicação número um no sentido de ser sustida a extração do caulino naquela terra.

Por outro lado chamo tambem a atençao porque se tratou de um exemplo de trabalho feito com rapidez e com muita dignidade e profundidade para a apreciaçao que a comissao fez em relaçao a todos os incidentes verificados e as conclusoes que tambem acabou por extrair

Creio que relativamente a este trabalho da comissao o Partido Comunista e V Ex concordaram comigo embora muitas vezes em relaçao à posição do Partido Social Democrata nos trabalhos da Assembleia o Partido Comunista discorda pelo menos desta vez e certamente em muitas delas nao pode levantar qualquer labeu ao trabalho e aos resultados do trabalho dos membros do PSD nesta comissao e as conclusoes finais que com aplauso de todos foram obtidas

Fcar lhe a bem Sr Deputado Carlos Brito já que tantas vezes diz o contrario realçar desta vez se fosse possivel se tivesse a agilidade politica suficiente para faze lo as condições diferentes em que tudo isto acabou

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos tem a pala ra o Sr Deputado Silv Marques

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente tinha pedido a palavra para um protesto mas nao tenho qualquer inconveniente em faze lo posteriormente aos pedidos de esclarecimento

O meu protesto resulta em primeiro lugar na sequencia da interençao do Sr Deputado Montalvo Machado a propósito da resposta dada pelo Sr Deputado Carlos Brito porque enquanto na sua intervenção inicial mostrou que tinha conhecimento do que se passa a na Comissão de Inquerito depois confirmou que realmente a tinha na medida em que ao corrigir la disse que so nao conhecia os pormenores o que presupõe o conhecimento generico e isso coloca o grau e problema de saber como e que conhece

Porem o meu protesto e sobretudo relati o a questão do pedido por parte da Comissão de Administração do Território Poder Local e Ambiente de que possa funcionar o grupo de trabalho nao e uma subcomissão pois ela ainda nao foi criada De facto a 6 Comissão propõe por unanimidade que a Comissão Permanente permita o funcionamento desse grupo de trabalho a fim de seguir o grave acontecimento relativo ao derrame de crude por parte do naio Marao contactando as autoridades Enfim seguir a situação fiscalizando tambem o grau de eficiência dos serviços mas nao de forma alguma em consequencia da interençao e da explanação feita pelo Sr Deputado Carlos Brito

Devo dizer lhe com toda a franqueza que se os fundamentos da proposta apresentada pelo seu colega deputado Cláudio Percheiro na 6 Comissão tivessem sido esses nao a teríamos e eventualmente aprovado por que a explanação feita pelo Sr Deputado mostra bem que a essa preocupação nao e uma séria actuação de fiscalização e de acompanhamento por parte de uma subcomissão especializada da 6 Comissão relativamente a um grave acontecimento mas pura e simplesmente aprovar esse pretexto a fim de fazer uma acção de propaganda contra o Governo O Sr Deputado mostrou isso bem ao reclar se chocado pelo facto de ate hoje nao terem sido criados determinados serviços determinadas estruturas no sentido de desafiar determinados problemas Sem duvida que nao

foram criados até hoje A verdade é que muitos outros já podiam ter tido occasião ate hoje de o fazer mas a sua exclamação e a sua interrogação no sentido de saber o porque de ate hoje certas entidades não terem resolvidos todos esses problemas

Repare Sr Deputado ha tambem muita gente que espera ate hoje há dezenas de anos por uma reforma de seu partido e ela ainda não foi feita Portanto por que e que o Sr Deputado que tem telhados de idrotais frágeis se serve de um pretexto tão grave que diz respeito aos interesses sérios das populações para fazer pura e simplesmente uma operação de propaganda contra o Governo? Isso é tremendamente negativo e digo lhe Sr Deputado que o seu colega deputado Cláudio Percheiro colocou na 6 Comissão a questão de uma forma muito mais sobria e a meu ver muito mais rigorosa porque se calhar de outra forma não teria tido o nosso acolhimento como teve

O Sr Presidente — Para responder se assim o desejar tem a pala ra o Sr Deputado Carlos Brito

O Sr Carlos Brito (PCP) — Manifestamente os Srs Deputados do PSD estão hoje com pouca agilidade!

Lamento que ja nao esteja presente o Sr Deputado Carlos Encarnaçao que há pouco tempo me interroguou pedindo me que neste caso concreto reconhecesse o bom funcionamento da missão que se deslocou a Barqueiros e o trabalho positivo que realizou porque eu queria dizer lhe que foi isso o que fiz na minha intervenção Portanto a falta de agilidade e manifestamente do Sr Deputado Carlos Encarnaçao que no entanto nos deu aqui uma nota muito interessante considerar esta acção dos deputados do PSD na missão que foi a Barqueiros como um facto perfeitamente original de qualidade de trabalho Portanto o registo e a distinção fica com o Sr Deputado Carlos Encarnaçao porque a esse propósito nao faço qualquer comentário Por aquilo que ele disse se pode avaliar o que é o mundo de trabalho dos deputados do PSD nas comissões no entendimento do Sr Deputado Carlos Encarnaçao

Sr Deputado Silva Marques devo dizer lhe que ja respondi à questão que me colocou sobre a Comissão Encarregada de Inquerito ao Fundo Social Europeu aquando do pedido de esclarecimento do Sr Deputado Montalvo Machado Aliás respondi de imediato ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Montalvo Machado na convicção de que a questão não voltaria a ser posta por nenhum outro deputado do PSD uma vez que tinha sido o presidente do grupo parlamentar a interpelar me

Em todo o caso uma vez que o Sr Deputado insiste na questão devo dizer que nao falei de pormenores e portanto nao quero imiscuir me nos trabalhos substanciais que naturalmente são muito diferentes do de menor da comissão Mas o que sei e isto tanto os deputados do meu partido como de outros partidos da Oposição entendem que a comissão tem razões para continuar a funcionar e que os deputados do PSD quem impõe abruptamente o seu termo Isto não tem nada de reservado nada de confidencial e uma coisa pública ou melhor pode ser tornada pública Por tanto só os Srs Deputados do PSD é que têm convicção em que não seja to nada pública

O Sr. Silva Marques (PSD): — Essa é uma conversa diferente!

O Orador: — Relativamente à questão do navio Marão e a toda a tragédia provocada pelo seu abaloamento, queria dizer-lhe Sr. Deputado Silva Marques, que é muito positivo que a Assembleia da República apure e aprofunde a situação a fim de propor a adoção de medidas. No entanto, Sr. Deputado, isto não pode calar a responsabilização pela situação agora criada, pois o caso do navio Marão foi precedido pelo do navio Niza, em 1978, um caso que ainda está vivo, e que se sabia já ao que conduzia...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto!

O Orador: — Mas a verdade é que entretanto não foram tomadas quaisquer medidas. Ora, se não se fizer esta responsabilização do Governo daqui a oito anos voltamos a ter um outro caso semelhante e, nessa altura, voltaremos a lamentar que não tenham sido tomadas medidas e iremos novamente criar uma estrutura a fim de ver quais as medidas a tomar.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto!

O Orador: — Ora, o Sr. Deputado Silva Marques, que se preocupa tanto com a questão das relações entre a Assembleia da República e o Governo, deve aprender que a Oposição tem em democracia um papel que é o de contribuir para que o País possa fiscalizar a actividade do Governo, no sentido de o responsabilizar, e de apresentar propostas alternativas quanto à sua acção, que é o que fazemos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto!

O Orador: — Quanto às reformas do meu partido, devo dizer que o seu anda muito mais depressa, porque depois de 1987, aquando das eleições de 19 de Julho, pensava-se que o PSD não teria tão cedo reformas. Porém, verifica-se, pelas movimentações de certos «barões», que as reformas no PSD já estão em curso e que muito rapidamente o PSD irá dar muitas notícias ao país, como é habitual da sua parte.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Exacto! É melhor ter movimentações do que não tê-las!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Intervenho, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, para nos congratularmos com a eleição dos ex-deputados António Capucho e João Cravinho para vice-presidentes do Parlamento Europeu.

Penso que isto é um sinal inequívoco do prestígio de Portugal democrático de hoje na Europa e do peso que os grandes partidos políticos portugueses têm no seio das grandes famílias democráticas da Europa.

Quero, também, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, felicitar o Partido Socialista por essa eleição.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos; tem a palavra o Sr. Deputado António Gueterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Luís Filipe Menezes, uso, naturalmente, a figura do pedido de esclarecimento para, por um lado, agradecer as palavras gentis que o Sr. Deputado nos dirigiu e dizer que também nos congratulamos como essa prova de prestígio dos grupos de portugueses no Parlamento Europeu, e, por outro, sublinhar a eleição da deputada Maria Santos como presidente do grupo de Os Verdes, o que também nos encheu de alegria.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferraz de Abreu.

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos no Verão, época dos grandes calores e infelizmente também daquilo a que já se chama a época dos grandes incêndios.

O calor que este ano se tem feito sentir de maneira acentuada, como hoje todos constatamos, tem ajudado a provocar numerosos incêndios, que têm causado terríveis destruições no parque florestal do País com consequências, naturalmente, graves para os ecossistemas, para a economia e para as condições de vida das populações.

Assistimos preocupados, mais do que isto, angustiados, à devastação, à destruição do nosso parque florestal, que é uma das maiores riquezas do País. Naturalmente, os terríveis incêndios, que têm sido devastadores, chamam-nos particularmente a atenção para a necessidade de se providenciarem medidas no sentido de se tentar pôr termo a este flagelo.

As devastações têm sido terríveis nos distritos, sobretudo, do centro e do interior do País, mas perdoar-me-ão se hoje puser em relevo aqui um devastador incêndio que neste momento lavra na minha região, no meu distrito e na minha terra, em Sever do Vouga, e que está a destruir uma das serras mais lindas de Portugal: a Serra do Arestal.

Queria, naturalmente, expressar aqui a solidariedade do meu partido para com as populações que foram atingidas por este flagelo e, ao mesmo tempo, prestar a nossa homenagem aos bombeiros que, tão abnegadamente, têm combatido esta terrível destruição, particularmente aos de Sever do Vouga, cuja acção tenho seguido desde há muitos anos e que na realidade representa uma extraordinária abnegação e sacrifício em prol do País e dos valores da Nação.

É motivado por estes sentimentos e por esta nossa preocupação que o meu partido apresenta um projecto de deliberação, que, com a permissão do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados, passarei a ler:

Projecto de deliberação

Perante a multiplicação da eclosão de fogos florestais, de dimensão de tal forma grandiosos e de consequências que se aproximam da situação de catástrofe, em variadíssimos pontos do território nacional;

Perante a verificação de que as condições de prevenção, controlo e combate aos incêndios continuam a carecer, em muitas circunstâncias, das condições materiais indispensáveis com implicações de sobrecarga de sacrifício e perigo para as próprias corporações de bombeiros;

Perante a necessidade de promover uma avaliação global do estado da floresta e das condições de defesa perante o fogo

Perante o imperativo nacional de conferir a máxima prioridade à apreciação das iniciativas legislativas desejadamente apresentadas pelo PSD tendentes a racionalizar ação da floresta e do plantio de certas espécies arbóreas

Os deputados do Grupo Parlamentar do PSD propõem a seguinte deliberação:

1 — A Comissão Permanente da Assembleia da República aprova a constituição de uma subcomissão permanente que no seu âmbito e até ao início da próxima sessão legislativa acompanhara e aprofundaria todas as medidas oficiais de prevenção, controlo e combate aos incêndios

2 — A subcomissão fica autorizada a exercer todas as funções de fiscalização constitucional e regimentalmente admitidas às comissões permanentes da Assembleia da República

3 — A subcomissão deve promover a sua integração como entidade observadora nos grupos de trabalho que se encontram constituídos ou enham a ser levados no âmbito do Seção Nacional de Bombeiros do Serviço Nacional de Proteção Civil ou estruturas oficiais de intervenção que lhe sejam congêneres

O Sr Presidente — Srs Deputados a Mesa informa que se encontram inscritos para pedir esclarecimentos os Srs Deputados Carlos Encarnação, Herculano Pombo e Carlos Brito

Tem a palavra o Sr Deputado Carlos Encarnação

O Sr Carlos Encarnação (PSD) — Sr Deputado Ferraz de Abreu queria dizer-lhe em nome da nossa bancada que temos uma enorme preocupação com todos os fogos que estão a ocorrer um pouco por toda a parte designadamente com o que acabou de referir ou seja o fogo de Sever do Vouga. Enfim o mal dos outros não nos ajuda mas na verdade todos estes problemas resultam por exemplo do aquecimento do planeta em geral são evidenciados um pouco por toda a parte e como sabe acontece nos países onde existem melhores sistemas de combate a incêndios. Veja-se por exemplo o caso do Canadá do México onde há hoje em dia incêndios de astadores na Grécia há incêndios de astadores mesmo a beira de Atenas como sabe

E certo que o mal dos outros não nos ajuda nem nos consola mas não há dúvida alguma de que temos de reconhecer que em grande parte dos casos são condições meteorológicas de tempo que ditam a facilidade com que estas tragédias acontecem

E identifico que comprehendo a sua preocupação pois a nossa terra arde muito mais do que a terra de quem que seja. No seu caso concreto o exemplo de Sever do Vouga é particularmente esclarecedor da razão de ser da sua posição. O que não comprehendo muito bem é qual é a razão de ser da sua iniciativa. Peço muita desculpa mas gostaria que me esclarecesse porque não comprehendo bem o que é que quer

fazer com a criação de uma subcomissão para o acompanhamento dos fogos florestais. E isso que quer?

Isto é a Assembleia da República terá também de ter competências a esse nível para o acompanhamento dos fogos florestais? Para a fazer o que Sr Deputado? Para tomar que medidas? Para promover imediatamente que forças? Para mobilizar que unidades para combater os fogos florestais?

Penso que a única coisa que temos de fazer será com certeza declarar — e muito bem — a nossa preocupação por este problema que é mundial e nacional. Mas a Assembleia da República só responsável se a esse nível. Ao nível de criar uma subcomissão específica para tratar desses assuntos?

Peço muita desculpa mas é difícil concordar consigo. Gostaria de dar todo o apoio ao fundamento da sua posição a substância da sua posição e preocupação mas realmente sou levado a não poder concordar com a forma com que V.Ex. da corpo a sua preocupação substancial.

O Sr Presidente — Sr Deputado Ferraz de Abreu há mais oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimento. V.Ex. deseja responder já ou faltam?

O Sr Ferraz de Abreu (PS) — Peço responder já Sr Presidente.

O Sr Presidente — Então tem a palavra Sr Deputado

O Sr Ferraz de Abreu (PS) — Sr Deputado Carlos Encarnação em primeiro lugar devo dizer que a posição da deliberação apresentada pelo PSD não foi propriamente minha nem foi de ida a dor que senti de como natural de Sever do Vouga ver a minha região a arder. Na verdade quando hoje cheguei ao Parlamento já encontrei esta deliberação feita pelo meu grupo parlamentar que tomou a iniciativa de apresentá-la. Portanto não se trata de uma preocupação pessoal mas sim de uma preocupação manifestada por todo o Partido Socialista em face da grande catástrofe da grande desgraça que está a acontecer.

Se a ação continuar a este ritmo não há momento florestal que nos valha quer natural quer programado. Assim dentro de poucos anos a curto prazo uma das maiores riquezas do nosso país estará totalmente destruída. E não falo apenas nos prejuízos que isto representa no que se refere à parte económica mas também na alteração que isto em trazer às condições de vida das nossas populações e até mesmo às condições ambientais do nosso país.

E verdade que os incêndios estão a lavrar por este mundo fora. Alguns países também devem ter dificuldades de meios e os mesmos problemas que nós temos e por exemplo o caso da Grécia. Porem o Canadá possui enormes meios de combate a incêndios e por isso mesmo talvez os tenha em menor quantidade talvez tenha números mais reduzidos de incêndios embora neste momento esteja um grande incêndio a lavrar-se nesse país. Porem possui meios espantosos de combate a incêndios.

A nossa proposta é no sentido de entendermos que não devemos deixar ficar a resolução deste problema ou o combate a este flagelo apenas às corporações de bombeiros quanto mais não seja para mostrar armas à nossa solidariedade para com eles no sentido de

que estamos dispostos à trabalhar para encontrar todos os recursos e processos para combater este flagelo. Nesse sentido, creio que a nossa deliberação é correcta e vai ser extremamente útil.

Não nos propomos criar aqui uma comissão permanente que vá actuar isoladamente e sem qualquer espécie de colaboração ou contacto com instituições que já estão a trabalhar.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Deputado Ferraz de Abreu, se o espírito da sua proposta é esse, então devo dizer que estamos todos de acordo.

A única coisa que salientei na intervenção que fiz foi a forma que deu à sua proposta não era a mais adequada. Se V. Ex.^a estivesse de acordo em que se pudesse transformar essa proposta numa formulação que pudesse ser acompanhada por todos nós e que pudesse dar corpo, primeiro, à nossa preocupação e, segundo, ao nosso respeito para com as corporações de bombeiros e para com todos os que nesta altura estão empenhados em combater esse flagelo, certamente que estaríamos dispostos a subscrevê-la, sendo certo que na preocupação fundamental estamos todos de acordo.

O Orador: — Sr. Deputado, estou convicto de que o meu partido aceitará todas as achegas que venham tornar eficaz e eficiente esta nossa proposta.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra ao abrigo da figura regimental de defesa da consideração da bancada para tentar dar esclarecimento útil quanto a esta matéria em relação à atitude do PS, dado que o Sr. Deputado Carlos Encarnação, de alguma forma, indicou que o meu partido tinha feito uma proposta deficiente na sua formulação. Portanto, creio que isso justifica a defesa da consideração da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, creio que não se tratará bem de defesa da consideração da bancada... Assim, para todos nos mantermos mais dentro da letra e do espírito do Regimento, concedo-lhe a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, gostaria de dizer que poderíamos ter redigido esta proposta noutro sentido, por exemplo; condenando a inactividade, a apatia ou a ausência de medidas por parte do Governo. Porém, não fizemos isso! E não o fizemos propositadamente, por entendermos que se trata de uma catástrofe nacional e que mais importante do que tirar dividendos políticos dessa catástrofe é conjugar todos os esforços possíveis.

No entanto, o que é indiscutível é que há lacunas legislativas, projectos de lei adormecidos nesta Câmara há mais de um ano e que se fossem aprovados, em nosso entender, poderiam dar origem a um melhor combate das condições, que propiciam os incêndios florestais.

Ora, face ao flagelo que nos aflige, parece-nos que este é o momento de mostrarmos ao país que queremos trabalhar no Verão para acelerar a actividade

desta Assembleia em tudo quanto possa ajudar as nossas corporações de bombeiros a encontrar soluções que evitem tão grande perigo e com a ineficácia de meios que é reconhecida.

Portanto, foi essa atitude positiva que procurámos aqui trazer e, francamente, parece-nos que a única coisa que o Grupo Parlamentar do PSD nunca quer é que este Parlamento trabalhe! Essa atitude merece a nossa clara condenação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para manter a regra da interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Presidente, pensei que o Sr. Deputado António Guterres iria usar a palavra ao abrigo da figura regimental de defesa da honra e que eu iria prestar esclarecimentos à honra ofendida do Sr. Deputado. Porém, o que é verdade é que nem o Sr. Deputado António Guterres tem a honra ofendida, com o que me congratulo, nem é necessário eu prestar esclarecimentos em relação a isso. O Sr. Presidente decidiu, e muito bem, conceder a palavra para uma interpelação à Mesa porque compreendeu que o Sr. Deputado não tinha sido ofendido, que a honra e consideração do seu partido não tinham sido minimizadas e que da minha parte não havia qualquer intenção de fazê-lo.

O Sr. António Guterres (PS): — Está mesmo atrapalhado com os incêndios!

O Orador: — De forma alguma Sr. Deputado! Estou calmissimo porque a história dos incêndios repete-se todos os anos. Houve vários governos que não apenas os nossos que também não resolveram problema algum em relação a isso. De facto, com outros governos houve durante anos e anos variadíssimas propostas legislativas que apodreceram nesta Assembleia para tentar solucionar o problema, e a verdade, vejamos claros, frontais e sinceros, é que ele não tem solução.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — É mentira!

O Orador: — Por razões de oportunidade política ou de oportunismo, o Sr. Deputado António Guterres pode dizer que agora está muito calor, que os incêndios começaram e que é necessário fazer mais alguma coisa. V. Ex.^a até podia ter ido um pouco mais além e ter dito, porventura, que foi o Governo que pôs o fogo. Até poderia ter dito que esta Assembleia deve trabalhar tanto que os deputados se devem oferecer como voluntários para ir combater o fogo!

Ora estas são questões que caem no ridículo, como é evidente! Esta Assembleia não se fez nem para apagar fogos nem para os combater directamente. Esta Assembleia fez-se para outras coisas que o Sr. Deputado sabe muito bem quais são! E não venha agora criar aqui confusões que não existem nas nossas mentes! Temos competências explícitas que seguimos e defendemos e com isso defendemos também o prestígio desta Assembleia.

Nao devemos confundir as atribuições desta Assembleia com questoes de oportunidade politica que o Partido Socialista de vez em quando se lembra de levantar nao devemos confundir as coisas com pequenos fogos que o PS quer levantar ou ateir em relaçao a algumas questoes concretas da ida politica nacional e nao queremos nem podemos dar razao a coisas que nao tem substancia para isso

Já disse aos Srs Deputados António Guterres, e Feraz de Abreu que concordamos com a preocupação manifestada por eles mas nao concordamos com a forma que foi dada a essa preocupação É evidente que muito menos concordaríamos se os termos da vossa proposta fossem claramente ofensivos para o Governo naquilo em que ele nao tem responsabilidade alguma e que VV Ex lhe assacariam o que seria uma injustiça Aliás VV Ex nao fizeram isso e sabem bem por que nao o fizeram

Na verdade seria de uma injustiça muito flagrante pois nao havia fundamento bastante para qualquer proposta desse teor Certamente nao poderíamos nem sequer em relaçao à substancia do problema estar de acordo com propostas dessa natureza

O Sr Deputado fez bem pois colocou o problema noutra ordem de considerações na preocupação fundamental sobre o assunto A unica coisa que eu disse foi que o PSD está disponível para arranjar um texto que de guarda as preocupações fundamentais que de ate alguma vez a exigencias suplementares mas nunca aquilo que VV Ex pretendem com a vossa proposta

O Sr Presidente — Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr Deputado Ferraz de Abreu tem a palavra o Sr Deputado Herculano Pombo

O Sr Herculano Pombo (Os Verdes) — Sr Deputado Ferraz de Abreu vou ser muito breve até porque penso que estamos a perder muito tempo em considerações de outra natureza que nao as que nos trouxeram hoje aqui

Em primeiro lugar Sr Deputado gostaria de saudar a iniciativa do PS que V Ex acabou de apresentar

Depois de tudo o que ouvimos por parte do representante da bancada do PSD gostaria de dizer à laia de reflexão que quando qualquer terra arde é sempre a nossa terra que esta a arder e nao se trata do incêndio Se é do Vouga mas sim da terra que está a arder pois é a nossa terra que arde! Gostaria pois que isso ficasse muito claro porque nao se trata de uma situação que nao tenha remedio nao é uma situação cíclica que se repita anualmente pois é uma situação que tem remedio Porem só terá remedio enquanto houver alguma coisa para arder porque estamos a ficar sem nada que arda neste país Isso é que é verdade!

É obvio que nao sou eu quem terá que dar resposta ao Sr Deputado Carlos Encarnação mas a verdade é que nao podemos aceitar que o PSD perante responsabilidades que o Governo tem de facto — e às quais aludirei em pequena intervenção que produzirei ainda hoje sobre esta matéria dos incêndios — misture aquilo que é um projecto de deliberação do PS com aquilo que seria eventualmente um voto subscrito por todas as bancadas um ato de apoio a actiuidade humanista

e desinteressada de todas as corporações de bombeiros de Portugal Uma coisa nao tem que ver com a outra!

A oportunidade da iniciativa do PS deriva do facto de Portugal estar a arder como está neste momento mas de a pretexto destes incêndios que agora se verificam fazer um trabalho que comece no proximo Outono com isto ao próximo Verão É esta oportunidade da iniciativa do PS que gostaria de realçar

O Sr Presidente — Srs Deputados antes de mais quero chamar a atenção de V Ex para o facto de que estamos a atingir o termo do tempo destinado ao período de antes da ordem do dia

Para formular pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr Deputado Carlos Brito

O Sr Carlos Brito (PCP) — Sr Presidente antes de fazer o pedido de esclarecimento ao Sr Deputado Ferraz de Abreu permita-me fazer uma pequena interjeição de que nao peço para já resposta no sentido de se considerar a possibilidade de prolongarmos um pouco mais este período de antes da ordem do dia uma vez que na passada semana a Comissão Permanente não reuniu e durante o mês de Agosto também não vai reunir Portanto creio que o País não será prejudicado com uma discussão um pouco mais prolongada das questões que estão em apreço

Sr Deputado Ferraz de Abreu em primeiro lugar devo dizer que nos associamos ao grito de alarme aqui lançado por V Ex que nos parece oportunamente adequado pois trata-se de uma importante chamada de atenção

Em segundo lugar gostaria de mostrar a nossa disponibilidade para votarmos já hoje o projecto de deliberação apresentado pelo PS Não temos sobre esta matéria as concepções ultrapessimistas do Sr Deputado Carlos Encarnação Pensamos que deve ser feita muita coisa no sentido de debelar esta calamidade que como disse o Sr Deputado do PSD se sucede no nosso país

Assim a existência de uma subcomissão parlamentar permanente poderá na verdade trazer alguns contributos ou encontrar medidas que atenuem esta situação Sobretudo pensamos que se trata de fazer uma frente comum contra esta calamidade de dar uma palavra de solidariedade àqueles que enfrentam as chamas quer os que são atingidos por elas quer aqueles que as combatem que é o caso das corporações de bombeiros Assim com esta iniciativa do PS uma deliberação da Assembleia da República neste sentido poderá ter este carácter que é o de nos associarmos a todos os que estão em combate com as chamas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr Presidente — Srs Deputados é óbvio que vamos prolongar um pouco o período de antes da ordem do dia No entanto gostaria de chamar a atenção para o facto de que por desorganização total dos trabalhos não podemos prolongá-lo excessivamente particularmente com aspectos que são ditos e reditados Portanto peço aos Srs Deputados o favor de serem breves e concisos nas considerações que pretendam produzir

Para responder tem a palavra o Sr Deputado Ferraz de Abreu

O Sr. Ferraz de Abreu (PS): — Registo com agrado que a minha intervenção mereceu a atenção dos Srs. Deputados das várias bancadas. Naturalmente que estou totalmente de acordo com o que referiram os Srs. Deputados Herculano Pombo e Carlos Brito, nem que fosse para mostrar a nossa solidariedade às corporações de bombeiros e que estamos atentos e dispostos a apoia-los e a ajudá-los naquilo que seja necessário.

Porém, não posso deixar de discordar com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Encarnação. Quando o Sr. Deputado afirma que não há solução para este problema creio que foi longe demais e que não seria isso o que pretendaria dizer.

Na verdade, há muitos meios para minimizar este problema. Não é possível eliminá-lo totalmente, mas há muitos meios para minimizá-lo. Aliás, o Sr. Deputado sabe que, apesar dos reduzidos meios que neste momento temos, já conseguimos extinguir rapidamente alguns incêndios porque nos respectivos locais houve os meios necessários.

V. Ex.^a tem que reconhecer que uma campanha de educação e de sensibilização das populações para este terrível problema, uma dotação de todas as regiões mais ameaçadas com os elementos de vigilância necessários para detectar um incêndio no seu inicio e os meios imediatos para acudir aos locais e combater um fogo ainda incipiente poderá reduzir este problema de uma maneira espantosa e o que é uma catástrofe poderá ser transformado em simples incidente com fácil tratamento.

Pensamos que se aceitássemos o pessimismo que o Sr. Deputado manifestou ao afirmar que não havia solução para este problema poderíamos, desde já, começar a programar o que é que vamos fazer neste país quando deixarmos de ter floresta. Então, seria indispensável que nós, deputados, pensassemos nisso e começássemos, desde já, a programar soluções para este país uma vez extinta a floresta. Creio, pois, que os deputados se deveriam preocupar com isso!

A nossa proposta poderá ser melhorada, enriquecida com outras ideias, mas a verdade é que ela deve ser considerada pelo Plenário e pelo nosso Parlamento.

Entretanto, assumiu a presidência, a Sr.^a Vice-Presidente Manuela Aguiar.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

A Sr.^a Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Esta é a única ocasião que os deputados têm para levantar problemas importantes da vida do nosso país. Nesse sentido, solicito que a sessão seja prolongada até que se esgote o número de inscrições que deram entrada na Mesa e que, salvo erro, incluem ainda, para além dos Srs. Deputados do CDS e do Partido de Os Verdes, um deputado do PCP, outrô do PSD e outro do PS.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, há consenso na Câmara em relação ao que foi solicitado pelo Sr. Deputado António Guterres?

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr.^a Presidente, pela nossa parte damos consenso.

O Sr. António Guterres (PS): — Muito bem!

A Sr.^a Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Tomo a palavra para me congratular — e julgo que a Câmara acompanhar-me-á — com a eleição do Dr. José Luís Cruz Vilaça para o alto cargo de Presidente do Tribunal da 1.^a instância da CEE. Trata-se de um jurista de alta competência, de qualidade reconhecida, docente da Universidade de Coimbra, secretário de Estado da Integração Europeia nos Governos da AD, vice-presidente da bancada parlamentar do CDS e, ultimamente, advogado-geral junto do Tribunal da CEE. Bastariam estes méritos para que a nomeação do Dr. Cruz Vilaça nos colhesse de alegria.

Por isso mesmo, esta Assembleia não podia, hoje, deixar de referir o facto e exarar um voto de satisfação pela sua escolha.

Estamos também satisfeitos porque a ajuda que o Governo quis dar a esta nomeação serviu para a sua eleição e não para a sua derrota, tal como sucedeu com outras candidaturas apoiadas pelo Governo. Naturalmente que o apoio do Governo foi bom, mas a personalidade do candidato, os seus méritos, já demonstrados no País e na própria Comunidade, terão contribuído grandemente para a sua eleição.

Todos estamos satisfeitos e, por isso mesmo, esta minha pequena intervenção.

A Sr.^a Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, congratulo-me — e penso que a Câmara associar-se-á — com a eleição da minha companheira Maria Santos para presidir a um dos mais importantes grupos do Parlamento Europeu, que é o grupo de os Verdes no Parlamento Europeu, como agora é designado.

Como é sabido, a Maria Santos foi eleita à primeira volta, juntamente com um companheiro italiano que, à segunda volta, foi eleito para coadjuvá-la na presidência do grupo.

Escusar-me-ei, por motivos de tempo, de enunciar o significado político, o vasto alcance político que esta nomeação da Maria Santos tem e o tempo dirá daquilo que poderá, eventualmente — e estamos certos de que assim acontecerá —, resultar de bem para o nosso país, para o ambiente em Portugal pelo facto de o Grupo Os Verdes no Parlamento Europeu ter querido escolher Os Verdes portugueses, e pessoalmente a Maria Santos, para assumir esta tão grande responsabilidade política.

Posto isto, não queria deixar passar esta oportunidade sem enviar dois pequenos recados ao Governo; embora este não esteja presente como poderia estar, uma vez que não é proibido ao Governo assistir e participar nas reuniões da Comissão Permanente..., mas certamente não faltará quem aqui possa transmitir-lhe o recado, até porque nas duas questões que vou referir há responsabilidades partilhadas entre o Governo e a bancada que o apoia, concretamente a bancada do PSD.

Começo por me referir a questão já aqui abordada do derramamento de crude provocado por um acidente e como e obviamente os podemos evitar mas podemos preventivamente corrigir os mais rapidamente do que aquilo que está a ser feito

A opinião publica em Portugal e mesmo resposta tem passado mais tempo a discutir se o Marão derramou 1000 ou 2000 toneladas de crude. As coisas tem girado a volta disto

Falo desta questão com a autoridade de que nos dá o facto (e recordo-o) de ter sido o nosso grupo parlamentar que o ano passado aquando da discussão do Orçamento do Estado apresentou propostas concretas o sentido de a Marinha portuguesa ser dotada dos meios orçamentais que lhe permitem adquirir o material necessário para fazer face a uma catástrofe deste tipo. Concretamente na costa vicentina e perto da costa petrolífera de Sines é óbvio que teremos de ter acidentes destes de quando em vez. Foi uma sorte ter sido e eventualmente um milagre que o petroleiro

Marão não tenha derramado todo o crude porque a não há e a solução possível é a costa vicentina desse lado parece a completamente do mapa nos próximos anos em termos de ocupação humana e em termos de ocupação de qualquer espécie vegetal ou animal. Tivemos sorte! Não vamos desbaratar a sorte que tivemos mais uma vez!

Espero que quando o meu grupo parlamentar repetir as propostas que há dois anos vem fazendo aquela da discussão orçamental no sentido de dotar a Marinha com os orçamentais para adquirir o material necessário para fazer face a uma catástrofe deste tipo a bancada do PSD não volte a recusar pela terceira vez consecutiva esses meios à Marinha

Ha possivelmente responsabilidades muito concretas da parte não só da bancada do PSD como da parte do Governo

O Governo disse-nos — Estais descansados porque ha meios. As autarquias, a Marinha, o porto de Sesimbra tem-me os. Ora se não tem meios como se verifica para 1000 toneladas muito menos teria para 135 000 toneladas ao que parece a quantidade de crude que ia no navio e que poderia eventualmente ter sido derramado. Tenhamos pois em atenção este caso pois o segundo a isso é a segunda tragédia do género e não temos o direito de abusar dos avisos. A terceira será talvez de ez! E pois um aviso é um sinal que deixo já com ista a discussão do próximo Orçamento do Estado

O segundo recado não poderia obviamente deixar de dizer respeito a questão dos incêndios já hoje aqui abordada

Portugal está de facto a arder e muito recentemente há menos de um mês eu próprio na presença do Sr. Ministro da Administração Interna levantei a questão dos incêndios florestais. Isto porque o Sr. Ministro nos garantiu que a situação estava debaixo de controlo e que pela primeira vez em Portugal ia haver uma rede de prevenção de vigilância dos incêndios que centenas de agentes no monte iriam prevenir e contribuir decisivamente para a contenção do problema dos incêndios. Obviamente que eles não serão eliminados porque arde arde qualquer material que seja inflamável não se trata de eliminar os incêndios se não se trata de eliminar as combustões uma vez que estas são químicas e nós não queremos eliminar os fenômenos químicos que estão sim de politicamente

prevenir e agir preventivamente e corrigir com a qualidade porque é isso que falta a política ambiental portuguesa. Faltam estas duas componentes fundamentais. Digo isto porque quando levantamos a questão o Sr. Ministro garantiu-nos que está a tudo sob controlo

O ano passado felizmente a natureza alterou as condições meteorológicas pelo que ardeu muito pouco mas este ano o que a deu já é demasiado e estamos apenas no princípio. Os bombeiros já estão exaustos e o povo português não tem o direito de exigir mais sacrifícios aos bombeiros. Temos sim o dever de exigir ao Governo português a Assembleia da República — órgão de soberania com capacidade legislativa decisória e fiscalização — que crie os meios suficientes para prevenir e enfrentar catástrofes deste tipo.

Apesar de querer denunciar que de ano para ano Srs. Deputados as causas de incêndio declaradas desconhecidas subiram até aos 94% ou seja tem havido negligéncia — aqui o denuncio! — da parte das autoridades portuguesas na investigação da criminologia relacionada com incêndios. Ha negligéncia porque sabemos que grande parte destes incêndios são de facto provocados ao podermos ser incêndios de causas naturais. E obviamente que a elevada temperatura contribui e é um factor da combustão ajuda mas não provoca. Ha que distinguir — não podemos criar ilusões — que na sua maioria os fogos são provocados. O que as estatísticas oficiais nos dizem é que 94% das causas são desconhecidas e não se inclui a negligéncia em causas criminosas. A negligéncia é crime e deixa ser crime punível. Ha possivelmente fazer um esforço no sentido de não estar a replicar prevenção e é isto as causas propriamente de incêndios

O Sr. Silva Marques (PSD) — Tomem iniciativas legislativas!

A Sr. Presidente — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Sr. Presidente Srs. Deputados. E já insinuámos o mesmo para o próprio Governo a degradação crescente da situação económica do País em alguns dos seus aspectos essenciais designadamente no que se refere à insuficiência do crédito interno disponível para a actividade produtiva, ao aumento de taxas de juros ao desequilíbrio das contas externas e a aceleração da inflação

E não são acusações como as que há dias foram feitas na televisão e as quais me abstendo agora de qualificar dirigidas pelo ministro das Finanças ao Banco de Portugal que alteraram esta situação

O Sr. António Guterres (PS) — Muito bem!

O Orador — Tais resultados da política económica do Governo são tanto mais graves e preocupantes quanto mais próxima se apresenta a data de 1993 pois que inversamente a necessária urgência a economia portuguesa apresenta crescentes divergências reais e nominais em relação aos restantes países membros da CEE

Neste quadro nega-se a defesa económica nsere-se o recente aumento do preço de venda dos combustíveis líquidos que nada justifica e que afeta ainda mais o poder de compra dos portugueses

pelas repercuções directas e indirectas que, de imediato, terá sobre o preço de bens e serviços essenciais e sobre o aumento da taxa de inflação. Désignadamente, os aumentos de preços agora decretados pelo Governo do PSD, terão inevitáveis repercuções sobre o aumento dos preços do pão, da electricidade, do gás e dos transportes, e sobre o aumento dos custos de produção da agricultura e da indústria nacional. E se, como já foi declarado pelo Primeiro-Ministro, os aumentos dos preços dos combustíveis não se reflectiram nos preços de venda da electricidade e dos transportes públicos, mais uma vez, teremos o Governo a manipular a gestão diária de algumas empresas públicas e a degradar a sua já preocupante situação financeira.

De qualquer modo, os efeitos sobre a inflação são certos. E se em Março passado, quando o Governo ainda mantinha publicamente a sua meta de 6%, o PCP afirmava que ela era impossível e que a única dúvida legítima que se poderia colocar naquela altura era a de saber se o Governo conseguia ou não que a taxa de inflação não ultrapassasse os 12%, agora essa dúvida deixou de existir: a taxa de inflação média anual no ano corrente será seguramente superior a 12%, ainda que o Governo a queira manipular com um preço oficial do vinho, que ninguém aplicará.

A taxa de inflação anual ultrapassa largamente os aumentos salariais que têm vindo a ser consagrados para centenas de milhar de trabalhadores e os aumentos nominais decretados pelo Governo para as pensões, reformas e outras prestações sociais que abrangem dois milhões de portugueses.

Ao mesmo tempo que se agrava, de forma manifesta, o poder de compra da grande maioria dos portugueses, é inadmissível que o ministro das Finanças afirme, perante as câmaras de televisão, que não tem quaisquer problemas de consciência em continuar a receber do erário público um subsídio de alojamento de 84 000\$ mensais.

A questão, Sr.º Presidente e Srs. Deputados, não é apenas de índole ético-política, ela é também uma questão legal. Pelo menos desde 17 de Agosto de 1987, data em que foi empossado o segundo Governo de Cavaco Silva, o ministro das Finanças está a receber ilegalmente aquele subsídio, nos termos do Decreto-Lei n.º 72/80, de 15 de Abril. Isto é, até ao momento presente, o Sr. Ministro das Finanças já recebeu ilegalmente do erário público, dos impostos que os portugueses pagam, pelo menos, cerca de 1950 contos!

Por insuficiência de tempo nesta intervenção, farei distribuir de imediato aos Srs. Deputados um memorando fundamentando esta afirmação. Se o Governo, Srs. Deputados, é comprovadamente incapaz de gerir a economia do País, importa que, pelo menos, as instituições democráticas o obriguem a cumprir os mais elementares princípios da legalidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.ª Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Martins.

O Sr. Alberto Martins (PS): — Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Tomo a palavra para me pronunciar sobre o funcionamento da Comissão de Inquérito à aplicação de verbas do Fundo Social Europeu. Na referida comissão, os deputados do PSD fizeram aprovar

uma proposta, com os seus votos exclusivos mas maioriarios, de reunião da referida comissão a 27 e 28 de Julho, se necessário, para apreciar e votar o seu relatório final.

O Sr. Deputado Rui Salvada foi encarregado de elaborar um projecto de relatório e de o entregar, tal como fez, aos deputados em 25 de Julho último, sendo este distribuído aos mesmos, às 17 horas e 50 minutos desse dia.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: O projecto de relatório foi elaborado quando ainda não chegou à comissão um largo conjunto de documentos por esta pedidos, em tempo, a entidades públicas.

Assim, foram de viva voz pedidos e depois, face à sua não remessa, confirmados em pedido escrito urgente ao ministro do Emprego e da Segurança Social, a 7 de Julho de 1987, os seguintes documentos, que a comissão ainda não dispõe: identificação dos dados de facto referentes a todos os projectos candidatos e os projectos beneficiários do Fundo Social Europeu; listas com as entidades que apresentaram projectos, com as entidades contempladas, de objectivos dos projectos apresentados e de verbas abrangidas e atribuídas; lista com os dados identificativos dos processos enviados para a Polícia Judiciária; lista das candidaturas apresentadas e aceites; relatório das auditorias do IEFP; relatório das visitas efectuadas pelos técnicos de Bruxelas; relatório das auditorias da IGF; compilação sobre as queixas apresentadas.

Também não foram recebidos por esta comissão os documentos, oportunamente pedidos, referentes ao relatório elaborado pelo ex-director da DAFSE, Dr. Pinto Coelho, e apresentado ao ministro, relativo aos problemas de funcionamento desse departamento e ao relatório intercalar da sindicância ao DAFSE efectuada sob coordenação do procurador-geral-adjunto (pedido ao próprio em 7 de Março de 1989 e ao ministro do Emprego e da Segurança Social em ofício de 19 de Abril de 1989).

Realce-se, ainda, que nem todos os documentos recebidos o foram na integralidade.

Em várias circunstâncias, os deputados da Oposição, para além de confirmarem a indispensabilidade dos documentos aprovados, salientaram a particular relevância analítica de: o relatório intercalar da sindicância da DAFSE efectuada sob coordenação do Sr. Procurador-Geral-Adjunto; os relatórios das auditorias do Instituto do Emprego e Formação Profissional; Os relatório das visitas efectuadas pelos técnicos de Bruxelas; o relatório da Inspecção-Geral de Finanças.

Destes documentos apenas recentemente chegou à comissão, em 27 de Julho de 1989, sendo distribuído à generalidade dos seus membros em 24 de Julho de 1989, o relatório da Inspecção-Geral de Finanças referente a 1986 e 1987, mas mesmo esse amputado, no que se refere ao ano de 1986, dos anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX e, a 1987, dos Anexos I, II, III e demais documentos anexos.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Na avidez de se concluir, o projecto de relatório não entrou, sequer, em linha de conta com este último elemento analítico.

Ora, face a este circunstancialismo e porque os deputados da Oposição já em tempo se disponibilizaram para empreender os seus trabalhos durante as férias parlamentares, pergunta-se: porquê a pressa dos deputados do PSD na comissão? Por que será que uma decisão apressada é melhor que uma decisão sem pressas?

Será que os deputados do PSD querem escamotear o não cumprimento tempestivo por parte dos organismos responsáveis da sua obrigação de encaminhar os documentos necessários ao trabalho da comissão? Será que os deputados do PSD não querem utilizar os meios legais ao seu alcance para que esses documentos cheguem a curto prazo à comissão?

Como é possível pretender elaborar, discutir e aprovar um projecto de relatório sério começando a sua discussão sem a documentação essencial? Como é possível elaborar, discutir e aprovar um projecto de relatório sem se ter recebido as peças processuais que a partida o grupo parlamentar que desencadeou o inquérito considera essenciais e que a comissão na altura própria aceitou que fossem pedidos? Como é possível discutir um relatório e um projecto de relatório ainda que precário com um intervalo de menos de dois dias após a sua distribuição? Como é possível apreciar com intervalo de menos de dois dias um projecto de relatório ou sua alternativa que se reporta e tem que ser aferido por um conjunto documental incluindo um processo de inquérito de 4500 páginas? Como é possível apreciar em menos de dois dias o resultado do trabalho de uma comissão que iniciou a sua actividade com a posse em 27 de Maio de 1988 efectuou 26 reuniões de trabalho inquiriu nove entidades entre as quais dois ministros e um secretário de estado em dois dias? Como é que possível exigir em menos de dois dias aos deputados da comissão que se habilitem a discutir todas as peças fundamentais do processo quando o próprio secretário de Estado da Tutela para desparcar apenas o relatório último da Inspecção Geral de Finanças de 22 de Junho de 1989 que lhe foi remetido pelo secretário de Estado do Orçamento em 3 de Julho de 1989 demorou cerca de quinze dias o que aconteceu em 17 de Julho de 1989?

Ainda hoje inexplicavelmente a Comissão de Inquérito por vontade da sua maioria recusa a audição do ex director do DAFSE que em telegrama que lhe enviou aludiu ao facto de deter provas materiais que desmentem declarações entretanto prestadas à comissão.

O que se pretende com esta pressa e com este prazo aberrante?

Sr Presidente Srs Deputados Face a tudo isto não podemos deixar de nos interrogar sobre as intenções de um processo em que um furor repentino e subito inebria os deputados do PSD como que guia dos cíntios de uma estranha sereia que lhes dissesse

— Fim dos inquéritos já! A todo o custo!» E se esta estranha sereia fosse afinal uma vulgar avestruz?

A adoptar-se passivamente todo este procedimento que não é célere mas é apressado e mutilador da verdade do processo está a por-se em causa não só a seriedade do trabalho da comissão e dos seus membros mas sobretudo a questionar se a dignidade da Assembleia da República e a credibilidade do Estado

Pois é bom que tenhamos também presente que o relatório que vai ser aprovado tem não só relevância interna mas seguramente terá repercussões externas na fiabilidade das acções do Estado português

O rigor processual de presidir à sua elaboração não pode estar inquinado de qualquer espécie de suspeição processual legítima

O não cumprimento da lei a que estão obrigados as entidades públicas nomeadamente o dever de cooperação não pode ser absolvido por qualquer aceleração

de última hora a relatação de todas as regras de procedimento sério

Assim e no sentido que acabamos de exprimir promos que a Comissão Permanente determine que a Comissão de Inquérito prossiga os seus trabalhos e

1 — Precise os documentos aprovados e pedidos e os solicite às autoridades públicas nos termos da lei

2 — Reelabore um calendário considerado razoável de organização dos seus trabalhos de modo a tentar concluir os superando os incidentes de processos antes do início da próxima sessão legislativa

Vozes do PS e do PCP — Muito bem!

Entretanto reassumiu a presidência o Sr Presidente Vitor Crespo

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr Deputado Rui Salvada

Pediram a palavra os Srs Deputados Rui Salvada Narana Coissoró Carlos Brito e Marques Junior julgo que para pedir esclarecimentos

Tem a palavra o Sr Deputado Rui Salvada

O Sr Rui Salvada (PSD) — Sr Presidente Srs Deputados A intervenção que o nosso colega deputado Alberto Martins acabou de fazer é um ensaio mal conseguido de manipulação dos factos pelo que foi neste sentido que solicitei a palavra à Mesa para o protestar

Gostaria de dizer que a Comissão Eventual de Inquérito ao Fundo Social Europeu desenvolve os seus trabalhos há quinze meses e que durante cerca de sete ou oito meses isto é desde Maio até Dezembro do ano passado funcionou de acordo com o Regimento proposto pelo Grupo Parlamentar do PS que obriga à participação e à presença de todos os grupos parlamentares

Nestas circunstâncias devo dizer que a comissão pura e simplesmente não funcionou por ausência de generalidade dos grupos parlamentares sendo certo que o PSD foi o único grupo parlamentar que assegurou o quórum. A comissão só começou a laborar com eficácia a partir do momento em que o Grupo Parlamentar do PSD tendo consciência de que as comissões são para trabalhar e não fazer *show off* político propôs a alteração do Regimento no sentido de que a comissão funcionasse com o quórum regimental comum. Esta proposta de alteração do Regimento da comissão foi discutida em Janeiro deste ano e só a partir desse momento e que efectivamente a comissão começou a laborar com eficácia

Os números são claros e já que foi um Sr Deputado do PS que levantou esta questão e porque foram 50 deputados do PS que estavam na base do pedido de inquérito recordo e informo a Comissão Permanente de que só em 30% das reuniões da comissão e que o PS em termos proporcionais assegurou o quórum. Ora no meu entender isto prova bem a importância que foi dada pelo PS aos trabalhadores desta comissão e a pertinência que agora mostra em termos de apuramento da verdade

Portanto foi o Grupo Parlamentar do PSD que a partir dessa altura Janeiro deste ano conduziu os trabalhos ultrapassados que estavam os obstáculos do Regimento

Os documentos solicitados pela comissão foram entregues na generalidade e o facto de o Sr. Deputado referir que alguns não o foram isso não quer dizer que a comissão não entendesse como suficientes os documentos que chegaram à comissão: são cerca de 4500 folhas de documentos com informação suficiente para que pudessemos tirar conclusões.

De qualquer modo, gostaria de dizer que, neste momento, os trabalhos da comissão estão num ponto em que há uma informação segura de modo a podermos tirar conclusões fundamentadas, pelo que rejeitamos a referência que o Sr. Deputado Alberto Martins fez em relação ao pedido de audiência do ex-director-geral do DAFSE — aliás, a terceira audiência, uma vez que ele já foi ouvido duas vezes —, porque das duas uma: ou os factos que ele queria referir são *fait divers* e não têm interesse revelante, ou são graves e têm importância.

Neste sentido enviámos já à Procuradoria-Geral da República o telex que o ex-director-geral do DAFSE nos enviou solicitando uma nova audição para que aquele organismo averigue quanto à eventual sonegação de factos que, porventura, tenham sido provocados.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Narana Coissoró.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Srs. Deputados, este inquérito ao Fundo Social Europeu tem andado nas bocas do mundo por causa do modo como está a ser prestado o seu fim.

O grupo parlamentar já teve oportunidade de dar a sua opinião sobre este assunto na comissão, pois entendemos que o inquérito não está suficientemente amadurecido para que possam tirar-se conclusões. Dizemos isto com a consciência clara de que não fazemos qualquer política de obstrução nem fazemos oposição por oposição, pois temos sabido votar a favor do Governo e com o PSD nos inquéritos em que julgamos que têm razão.

Portanto, a nossa posição não é ditada por qualquer espírito dilatório, de arrastar os trabalhos, de politiquice, de nos servirmos disto para depois dizer que o PSD e o Governo não querem o verdadeiro resultado dos inquéritos na Assembleia. Por isso, sentimo-nos, neste momento, com força moral, ética e democrática suficiente para dizer que o inquérito ao Fundo Social Europeu não está completo.

Todos os documentos que são necessários para completar o inquérito estão à vista e mal andará o PSD se, num golpe de pressa para acabar de vez com o prestígio da Assembleia da República quanto aos inquéritos, quiser, «sassaricando» por cima deles, pôr termo e tirar um «coelho de cabeça» a que chamará conclusão ou relatório final deste inquérito.

Pela nossa parte, queremos que este inquérito vá até ao fim, investigue tudo o que tem a ser investigado, com competência, rigor, honestidade e, acima de tudo, com a democraticidade que a Assembleia da República exige dos deputados que fazem parte da Comissão de Inquérito.

A maioria não poderá, pois obstruir aqui os desejos de outros deputados que não estão a intervir como deputados da Oposição mas, sim como fiscalizadores dos actos do Governo que a própria maioria deve estar interessada em fiscalizar.

Se a maioria não quer fiscalizar o Governo é com ela, mas não pode é proibir que a Assembleia da República siga os seus passos...

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Porém, como há mais oradores inscritos para formular pedidos de esclarecimento, se não vir qualquer inconveniente, V. Ex.^a usará da palavra no fim.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Deputado Alberto Martins, gostaria de tecer algumas considerações em relação à intervenção que produziu, embora o faça muito brevemente, porque o meu grupo parlamentar já marcou a sua posição em relação a esta questão numa intervenção que há pouco produzi e na qual tive ocasião de dizer que era inadmissível que o PSD, numa matéria que é da responsabilidade do Governo, queira fechar os trabalhos da Comissão de Inquérito contra a vontade e a manifestação expressa por parte dos outros grupos parlamentares da necessidade de continuar os trabalhos.

Há pouco apelei ao PSD no sentido de reconsiderar a sua posição, aliás, é oportuno lembrar que «à mulher de César não basta ser séria, é preciso parecerlo»... Srs. Deputados do PSD, tenham isto em atenção!...

O Sr. Deputado Alberto Martins defendeu que a Comissão Permanente adoptasse um conjunto de medidas no sentido de continuarmos os trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito ao Fundo Social Europeu. Devo dizer-lhe que concordo com a sua proposta, no entanto, gostaria que o Sr. Deputado fundamentasse melhor a sua proposta em termos regimentais.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Srs. Deputados, uma vez que este assunto está a ser discutido nestes termos, penso que é importante o PRD sobre ele tecer algumas considerações.

Temos a consciência de que, provavelmente, não demos o apoio que deveríamos ter dado a esta Comissão de Inquérito, atendendo às nossas limitações, e que a nossa presença não foi muito assídua em relação a questões deste tipo, contudo isso não nos pode inibir de sobre este assunto tomarmos posição.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a nossa presença muito assídua, fruto de razões que todos conhecem, não significa que não tenhamos o máximo de confiança em todos os nossos colegas que fazem parte da Comissão de Inquérito. E a Comissão de Inquérito não deixa de funcionar por isto...

Relativamente à Comissão Eventual de Inquérito ao Fundo Social Europeu as questões que aqui foram levantadas são de uma importância extraordinária, como foi aqui dito, porém também as questões levantadas pelo Sr. Deputado Rui Salvada não devem ser ignoradas pois, apesar de tudo, no meu entender, elas

sao, pertinentes e por isso de em ser equacionadas e nao podem ser esquecidas

Penso que — e pro a elmente serei acompanhado por todos os Srs Deputados de todos os grupos parlamentares — os elementos recebidos pela comissao para estudarmos este assunto e que fo am referidos pelo S Deputado Rui Salada mesmo importantes e rele antes nao podem iludir a questao de se poder admitir (nomeadamente as pessoas menos familiarizadas com os trabalhos da Assembleia da Republica e das Comissoes de Inquerito) que a Comissao E entual de Inquerito ao Fundo Social Europeu nao fo tao longe quanto dev a nao executou os seus trabalhos com a profundidade que se impunha de modo a que as conclusoes a que e entualmente pudesse chegar nao fossem incontro ersas prestigiando ass m a Assembleia esta Comissao de Inquerito e o proprio pais

Neste sentido o PRD gostaria de dar o seu apoio a proposta apresentada pelo Sr Deputado Alberto Martins com ista a poder encontrar se um esquema de organizaçao de trabalhos e de funcionamento da comissao por forma a que nao possam subsistir duvidas sobre diligencias que ficaram por fazer ou seja que nao possam subsistir du idas sobre os resultados da própria Comissao de Inquerito

Era este o apoio que queríamos dar a inter ençao do Sr Deputado Alberto Martins com estes pressupostos e com estes fundamentos

O Sr Presidente — Para defesa da honra tem a pala ra Sr Deputado Rui Salvada

O Sr Rui Salvada (PSD) — Sr Deputado Narana Coissoro julgo que a dignidade desta Assembleia que muitos de nos in ocamos nao e compaginada com inter enções como a que o Sr Deputado acabou de produzir

A questao e esta estava em inquerito um assunto de rele ante interesse nacional porem o Sr Deputado Nara a Co ssoro e o CDS so agora e que descobriram isso

Ate este momento ti eram lugar cerca de 30 reunioes o CDS este e presente em duas delas e nao mais do que cinco minutos Ora assim sendo como e que o CDS em aqui dar nos lições de autoridade moral e politica sobre as razoes do inquerito?

O PSD fez aqui intervenções d zendo que nao esta a de acordo com a realizaçao deste inquerito por duas ordens de razoes em primeiro lugar a Assembleia accordou tarde isto e quando o pedido de inquerito foi aqui discutido na Assembleia ja o Governo tinha tomado todas as atitudes necessarias junto da Procuradoria Ge al da Republica da Inspecçao Geral de Finanças e da Policia Judiciaria

Q ero com isto dizer que a Assembleia da Republica que e o orgao fiscalizador da ação do Governo só se lembrou de o fiscalizar quando este ja tinha accionado todas as entidades competentes nesta matéria Em segundo lugar foi o PSD que assegou ou quase sempre o funcionamento dos trabalhos da comissao

Temos documentaçao suficiente e necessaria para elaborar conclusoes fundamentadas de modo que o meu protesto e a defesa da honra da minha bancada e neste sentido nao aceitamos por nao ser verdadeira nem real a argumentaçao do Sr Deputado Narana Coissor e tambem a do PS

Para alem de o PS so ter assurado o funcionamento da comissao em apenas 30% das reunioes em te mos concretos teria sido preferi el que este grupo parlamentar que te e a iniciativa nesta materia ti esse estado presente nas reunioes com os sete elementos que compoem a comissao e nao apenas com um ou dois como aconteceu

c O Sr Presidente — Para dar explicações se assim o desejar tem a pala ra o Sr Deputado Narana Cois soró

O S Narana Co sso o c(CDS) — Sr Presidente Srs Deputados Todo o País sabe que desde 19 de Julho de 1987 o CDS tem quatro deputados na Assembleia da Republica e que com esses quatro deputados tem de estar presente no Plenario em tres ou quatro comissoes em comissoes de inquerito ja para nao falar na act idade que temos de desenvolver fora da Assembleia da Republica

Nao aparecemos no Plenario só a hora da votaçao nao aparecemos aqui so para estar nas comissoes de inquerito e falamos e demonstramos as nossas razoes por sso temos autoridade moral para falar sobre tudo o que se passa nesta Assembleia

Além disso de o dizer somos suficientemente inteligentes pa a ler as actas os documentos todos e depois apurar se os documentos e as actas coligidos sao suficientemente esclarecedores para se poderem tirar conclusiones Para sso nao e preciso aquecer as cadeiras nao e preciso estar a dizer que estamos na Comissao de Inquerito e depois faltar aos outros' trabalhos da Assembleia

Nao é preciso que a vida da Assembleia seja apenas a presençia numa Comissao de Inquerito ou numa comissao permanente em que os Srs Deputados rigorosa e pontualmente aparecem nao sabendo rigorosamente mais nada sobre tudo quanto vai para alem disso nesta Assembleia

Po estes mot os podemos dizer que depois de temos isto todos os documentos e todas as actas este inquerito nao chegou ao fim está erde Portanto so aqueles que tem pressa — pressa essa inconfessa el' — e que dizem que tudo e mentira e que o inquerito tem de acabar e acabar a fa or do Governo'

O Sr Presidente — Para responder aos pedidos de esclarecimento que lhe fo am formulados tem a pala vra o Sr Deputado Alberto Martins

O Sr Alberto Martins (PS) — Sr Presidente Srs Deputados Quero dizer que este processo so prestigia a Assembleia da Republica a comissao que esta a trabalhar e ate em geral a dignidade do Estado se fo um processo limpidio rigoroso e documentado E nas cond coes em que ele esta a ser apressado nao e necessariamente um processo documentado

A Oposiçao ja alertou arias vezes para o facto de que há documentos imprescindiveis que foram em tempo pedidos as entidades esponsais para o trabalho da comissao

Contudo a maioria do PSD na comissao nao entendeu isso e nao o entendeu apesar de ter em tempo aprovado um documento que eu tenho aqui presente em que se solicitam esses documentos as entidades responsais

Portanto, quando o Sr. Deputado Rui Salvada me acusa de manipulação dos factos não está a ser sério e sabe-o. Por isso diria que a este nível a comissão não tem condições documentais para elaborar um trabalho rigoroso.

Relativamente à nossa presença na comissão, devo dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve presente em todas — repito, em todas — as sessões de trabalho da comissão, não faltou a nenhuma. Naturalmente que nalguns casos esteve com uma representação reduzida mas que era bastante, e sempre o foi, para representar o grupo parlamentar.

Atende-se que a comissão é constituída por dezasseis deputados do PSD e treze deputados da Oposição, portanto quem assegura o quórum de votação é necessária e normalmente o PSD.

No entanto, não é esta a questão essencial que está a ser discutida. A questão essencial é a seguinte: não há documentos, portanto, tudo o que seja agora tirar conclusões é escamotear, é esconder, não é sério!

Diria também, relativamente ao que pergunta o Sr. Deputado Carlos Brito quanto ao eventual prolongamento dos nossos trabalhos, que esta proposta que hoje aqui retomei foi já na altura própria apresentada pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português no sentido de definirmos quais eram os documentos essenciais e manifestarmos a nossa disponibilidade para concluirmos o nosso trabalho, até nas férias parlamentares, com segurança, com rigor e sem incidentes processuais. É que esta pressa é uma solução que não serve ninguém nem a dignidade da Assembleia.

O Sr. Presidente: — Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, é para informar que, caso o PSD persista em concluir apressadamente os trabalhos da Comissão Eventual de Inquérito ao Fundo Social Europeu, os membros da comissão dos partidos da Oposição reunir-se-ão para decidir qual a melhor atitude a tomar em defesa do prestígio desta Assembleia.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção destinava-se a abordar a política económica e social do Governo na base de um importante documento que o Ministério das Finanças acabou de publicar fazendo o balanço do quadriénio 1986 a 1989. Mas ainda bem que o Sr. Deputado Octávio Teixeira tomou a palavra para abordar a questão das medidas tomadas pelo Governo para moderar a expansão do crédito.

Ficámos a saber que o PCP quer mais crédito, mais salários, mais subsídios, mais despesas, mais empregos (para além do alto nível de emprego que temos), preços mais altos, inclusivamente quanto ao vinho, e menos inflação, menos défice, etc.

Já sabíamos que se o PS — o novo PS — fosse governo a sua governação seria uma pastelaria, mas, com toda a evidência, o PCP seria o seu pasteiro...

Porém, Srs. Deputados, e infelizmente, não vos basta a demagogia grosseira e primária, os Srs. Deputados precisam do ataque ilegítimo e falso transformando a política num jogo repugnante de ataque pessoal.

O subsídio a que o Sr. Deputado Octávio Teixeira se referiu e respeitante ao Sr. Ministro das Finanças é legal, é discutível, mas é legal. Do nosso ponto de vista, e decerto não apenas do nosso ponto de vista, ele é inclusivamente justificado porque a lei que criou esse subsídio não foi uma lei da actual maioria. A lei que criou esse subsídio tem-se mantido em vigor ao longo de várias maiorias, o que pressupõe, pois, que o subsídio, para além de legal, é justificado.

Nestes termos, é grave e despropositada a acusação pessoal que o Sr. Deputado dirige ao Sr. Ministro das Finanças que, nesse caso, se deveria estender — e implicitamente estende-se — a todos que mantêm em vigor essa lei, a todos que não tomam a iniciativa de a alterar e, mais, a todos que têm recebido esse subsídio ao longo dos anos e que são dezenas, inclusivamente muitos que se sentam neste Parlamento.

Por isso o vosso ataque pessoal ao Sr. Ministro das Finanças com base nesse subsídio não é um ataque político, é um ataque pessoal que coloca a política num domínio que não devíamos aceitar, mas, infelizmente, os senhores persistem em fazer da política um repugnante jogo de ataque pessoal.

E porquê? Porque doi-vos que no domínio substancial, onde se devia situar a verdadeira discussão política, os senhores não tenham nada para dizer, a não ser a tal pastelaria a que me referi.

O Sr. António Guterres (PS): — Qual, a nossa?!

O Orador: — Como já disse o Partido Comunista será o pasteiro do PS porque no plano da demagogia barata os senhores estão em franca concorrência, eu direi que é a frente popular da demagogia.

Risos.

Pela facilidade com que os senhores têm falado dos incêndios hoje aqui, sendo certo e sabido que este Governo, embora não tenha feito tudo o que há a fazer, é um dos que mais tem apostado e tem empregado meios, esforços e verbas para melhor apetrechar o combate aos incêndios, dir-se-ia, sabendo disso tudo que é indescritível, que os senhores gostariam que o País estivesse a arder. Teriam assim mais pretextos para atacar dessa forma tão fácil e tão demagógica o Governo.

Mas o País, felizmente, não está a arder e, sobre tudo, não está a arder uma questão que vos doi profundamente, que é a política económica e social do Governo.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, pretendia saber qual o tempo de que ainda disponho, visto que os oradores que me antecederam usaram bastante mais tempo da palavra do que eu usei até este momento e, portanto, sem pretender um tratamento de favor ou de exceção que não é princípio dos social-democratas, eu desejava saber de quanto tempo disponho ainda para a intervenção.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, o tempo que usou está marcado no quadro. São cinco minutos e seis segundos. Avisei-o ao fim de cinco minutos, não estive aqui...

O Orador — Sr Presidente não sei quanto tempo tenho de inter ençao!

O Sr Presidente — Sr Deputados faça favor de continuar embora não seja a primeira vez que hoje peço aos Srs Deputados para abreviar o terminar aliás no espirito que sempre têndo exercido o

O Orador — Sr Presidente peço desculpa em insistir Estou a dizer lhe com toda a franqueza que não sei qual era o meu tempo de intervenção

O Sr Narana Coissoró (CDS) — E foi ele que fez o Regimento!

O Sr Presidente — Sr Deputado não ale a pena estarmos com grandes considerações o tempo são cinco minutos

O Sr Joao Amaral (PCP) — O tempo dele está a arder!

O Orador — Muito bem!

O Sr Presidente — Portanto peço-lhe Sr Deputado que termine a ideia

O Orador — Com certeza Sr Presidente Os senhores gostavam de ver a política económica e social do Governo desregulada sem saude So que ela em vez de estar desregulada e sem saude esta com saude

Baseio me muito rapidamente neste importante documento do Ministerio das Finanças

Os senhores falam de defices de roturas de derra pagens etc Falam inclusivamente de depressão quando sabem perfeitamente que a nossa economia atra essa um período de expansão Muito rapidamente e com a tolerância do Sr Presidente é decreto dos outros grupos parlamentares que não vão recuar que lhes chame a atenção para certos factos concretos

O Sr António Guterres (PS) — Dá-me licença que o interrompa?

O Orador — Faça favor se for rápido

O Sr António Guterres (PS) — Apenas dezenegundos Só para lhe perguntar porque ouvi mal se se trata do relatório da OCDE ou da CEE sobre a economia portuguesa que são entidades imparciais não é verdade?

O Orador — Também Sr Deputado

O Sr António Guterres (PS) — Mas esse é que vai ler?

O Orador — Não é isso mas também é isso

O Sr António Guterres (PS) — Mas o que é que aí le Sr Deputado?

O Orador — Sr Deputado depois o senhor traz o seu relatório da OCDE que calhas já têndo que já aqui citei várias vezes

Muito rapidamente vou lembrar algumas coisas interessantes e que inclusivamente dizem respeito ao seu partido

Os salários reais por exemplo subiram mais de 10% em 1986/88 em 1983/85 — isto diz lhe respeito em grande parte uma vez que nessa altura o seu partido era maioritário cairam 12%

O Sr António Guterres (PS) — Ministro Amando de Azevedo

O Orador — Os Srs Deputados devem vao aceitar que a minha inter ençao se prolongue visto que estão muito inter hentes

O desemprego atinge em 1988 o nível mais baixo! Srs Deputados em 1985 — isto diz lhe respeito — o desemprego atingia o nível mais elevado dos últimos 10 anos Em 1986/88 houve um desagravamento fiscal e parafiscal As taxas do imposto profissional foram reduzidas em dois pontos a taxa social única foi reduzida num ponto

O Sr António Guterres (PS) — Ministro Amando de Azevedo

O Orador — No trienio de 1983/85 ocorreu um pesadíssimo agravamento fiscal como todos os senhores sabem Houve e inclusivamente os celebres impostos extraordinários nomeadamente o imposto retroativo

O Sr António Guterres (PS) — Secretario de Estado Alípio Dias

O Orador — Srs Deputados não quero abusar da tolerância da presidência dos Srs Deputados a não ser que os senhores aceitem que eu continue a fazer o quadro comparativo entre a governação do Governo de Cavaço Silveira e dos governos onde os senhores foram os principais responsáveis

O Sr Carlos Brito (PCP) — Pode continuar!

O Orador — O Sr Deputado Carlos Brito está a dizer que sim pelo que presumo que haja portanto consenso de todas as bancadas e sendo assim vou continuar

No trienio de 1983/85 ocorreu para além desse pesado agravamento fiscal a criação de impostos extraordinários e do celebre imposto retroactivo

O Sr António Guterres (PS) — Secretario de Estado Alípio Dias

O Orador — Não é Alípio Dias Sr Deputado

O Sr Presidente — Faça favor de terminar Sr Deputado

O Orador — É um imposto retroativo em que o seu partido era o principal responsável pela governação

O Sr Presidente — Sr Deputado agradecia que abre fasse obtem

O Orador — Vou abrir a Sr Presidente

A inflação atingiu os 25% à 30% e nesse período de 1983/85 o Governo não fez qualquer actualização dos escalões dos impostos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Secretário de Estado: Alípio Dias!

O Orador: — Outros factos comparativos: no triénio de 1986/88 a inflação média rondou os 25%.

Por outro lado, Srs. Deputados, uma questão que muito vos incomoda: a célebre questão da conjunção da baixa da inflação e do emprego.

Ora, o actual Governo conseguiu, nos anos de 1986/88, fazer a conjunção destes dois factores como jamais se tinha visto: manter um forte emprego e conseguir a baixa da inflação. Em 1983/85, como sabem, foi exactamente o contrário: máximo de inflação e máximo de desemprego.

O Sr. João Amaral (PCP): — Uma palhaçada!

O Orador: — Não vou referir-me ao nível da poupança das empresas, ao nível do investimento, porque — repito — não quero abusar, inclusivamente, da vossa própria bondade.

Para terminar, quero apenas dizer ao Sr. Deputado Octávio Teixeira que a vossa proposta, o tal crédito mais fácil, mais amplo, mesmo quando a economia está a andar para a frente, mesmo quando as empresas têm meios, elas próprias, para investir, mesmo quando os não têm é aos empresários de se socorrer dos seus próprios capitais. Ou os senhores têm como proposta para o País fomentar o empresariado parasitado, o empresariado que não é capaz de arriscar os seus próprios capitais? Os senhores, o partido da classe operária? Os senhores querem tudo mais fácil, crédito mais fácil...

A vossa proposta, Sr. Deputado, classifiquei-a do pasteleiro da pastelaria do PS e devo dizer-lhe que, felizmente, os senhores, embora muito entendidos actualmente em termos de acordos políticos não obtêm por essa via o crédito e a confiança da maioria dos portugueses.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Quero um pastel de nata!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, antes de mais, gostaria de informar que, na conferência de líderes parlamentares realizada hoje da parte da manhã, ficou acordado que a próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar na primeira quinta-feira de Setembro, dia 7, às quinze horas.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para protestar em relação àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado:

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Silva Marques, não vou fazer o meu protesto com base nas suas afirmações sobre política económica e social do Governo. E não o vou fazer porque o Sr. Deputado demonstrou claramente que nem sequer serve para encarregado dos transportes dos «pasteis» do Governo! Nem para isso serve!

Sr. Deputado, já não lhe sugiro que leia os documentos da Comissão das Comunidades ou os documentos da OCDE, mas pelo menos leia os documentos do Banco de Portugal! Isso é o mínimo que se exige, na medida em que são escritos em português.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Eu li-os!

O Orador: — Sobre a questão do empresariado parasitário apenas gostaria de dizer que essa é claramente a especialidade do PSD, tal como está demonstrado ao longo de vários anos!

Mas o essencial do meu protesto é a forma como o Sr. Deputado se referiu àquilo que eu há pouco disse sobre o problema do subsídio de alojamento ao Governo. Se há alguma coisa que repugna nesta matéria, Sr. Deputado, é a sua ignorância sobre o texto da lei em questão, é a sua incapacidade para conseguir ler — e já não digo perceber nem interpretar — o que está escrito no Decreto-Lei n.º 72/80, que foi feito pelo Governo PSD, pelo Governo da AD, maioritariamente composto pelo PSD.

Ora, o que aí se diz e aquilo que referi nada tem a ver com a existência ou não dessa lei; apenas tem a ver com o facto de o Ministro das Finanças estar a obter um subsídio à base dessa lei, com fundamento nessa lei; quando, de facto, não tem direito a ele.

A lei refere expressa e claramente — e não é preciso gastar o seu cérebro para interpretar, Sr. Deputado — que esse subsídio apenas é atribuído quando o ministro, à data da nomeação, não tem residência em Lisboa. Ora, à data da nomeação do segundo governo Cavaco Silva o Sr. Dr. Miguel Cadilhe tinha residência fixa em Lisboa há mais de um ano, pelo que não tem, logicamente, direito a receber esse subsídio.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, também peço a palavra para protestar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, pretende contraprotestar já ou depois de serem formulados todos os protestos?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Prefiro contraprotestar no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado António Guterres.

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Deputado Silva Marques, V. Ex.ª tem-se caracterizado como o elemento fundamentalista na bancada do PSD e a pior coisa que pode acontecer a um político é deixar-se intoxicar pela sua própria propaganda. Aquilo que hoje o Sr. Deputado revelou foi que está intoxicado pela própria propaganda do PSD e, em particular, pela propaganda do Sr. Ministro Miguel Cadilhe.

O que aconteceu em Portugal — e isso é sabido — é que o País foi conduzido à beira da banca rota por um governo da Aliança Democrática. O PSD juntou-se ao PS num esforço patriótico para retirar o País da banca rota, o que conseguiu com sucesso.

E o Sr. Deputado — e o Sr. Ministro Cadilhe —, na cegueira, na vangloria de procurarem agora obter triunfos a curto prazo, acabam de condenar membros do governo do PSD que connosco partilharam esse

forço patrótico e que é am os respe sa eis dos sec
to es efe idos pelo Sr Deputado na inte vençao que
p od ziu sem qualquer azao sem q alquer justifica
ro em q alque rediblidade

Ni dade todos sabem que o periodo de
1983/1985 fo pe odo de austeridade necessaria
a idqur q lbro s e terno s em conjuntura
a onal de f o el e que o perodo de
1985/1989 fo um perodo de conjuntura internacional
fa ora el se ta depois de os equilibrios externos terem
s do conseg idos

Po tanto aqu lo que o S Deputado hoje afirmou
nq tal co o aqui lo que o Sr Ministro Cadilhe em
cidas e at mando ao tem qualquer signif cado
In te p oposito de pastelar as de o dize
co S D i ldo Si Ma q es e o Sr M i st o
Cadilhe tem em elação aos problemas economicos da
populaçao a mesma insensibilidade da Rainha Maria
Antonieta que quando lhe disseram que os pobres nao
tinha n nro per nnto porque e que nao comiam bolos
R L q ci)
12 no

O S Pres d nt — Para oni ap otesta tem a
pala a o S Deputado Si a Marques

O S Si Ma ques (PSD) — Sr Deputado Octa
o Te p me ro lugar quer quer a q ier, nao
lo d il i do cr da e d ter entrado em gor
ia passara n pc te Parlamento pelo
trm to dc nela
tilia nma, ond coe em
que o subs dio esta a ser atribu do e que e o acolhido
ela prop ia let a e espir to da lei dezenas de respon
a es politicos o eceberam

O S Anton G ter es (PS) — Quais

O Or d r — Q uis Imenso i bo do Go e io
S D ptado e ma C missao de Inquier to
pa a a erig a iss o! Se a ossa preocupaçao e seria
ente ad ta e espe ta as le s do nosso pais e nao
ataq pe oal a um memb o do Go erno ncomo
lito a os s nhores — e si esta a accusaçao q e
d — a ossa i ao e corre ta se, ele
d espeita i i tu çoc e as le s do
p p f coa nta apl ação cito o
i c q tom n i niciat i pa a a eri
a a fo ma como a le tem sido aplicada ao longo
do anos Isso m seria uma in ciati a correcta da
a parte e nao ma suspeita de ataque meramente
i o! Ac sei os de estarem a tomar uma posição
lta iot a la por estrito taque pessoal e mante
i a sa po que de ut i forma ser a d fe
o a o lit

O S O ta io Te xeira (PCP) — Dá me lcença que
ter o npa Sr Deputado?

O O ad — Com cert a S Deputado

O O ta Te xeira (PCP) — Sr Si a Marque
i o V E l que h i a i istros
l l l nt o b lo e/nao o dis a n i
euem Nao fez a denuncia publica em te mos da defesa
li legal dade de te Pa s?

O Orador — Nao ilegalmente Sr Deputado por
que considero que a interpretaçao que tem s do dada
a lei e que inclusivamente os ser cos pagadores da Adminis
tracão Publica tem atr bu do a lei esta co ecta
e co responde a finalidade do legislador quando a
cr ou Portanto nao tenho a posicão que o Sr Depu
tado me esta a atribuir

E discuti el estampos cao Sr Deputado mas e a
minha posicão Alias te a posicão que corresponde nao
ao Governo mas aos ser cos pagadores da Adminis
tracão Publica! E se os senhores estessem mo dos
por out a final dade que nao a do ataque pessoal a um
membro do Go e no a ossa atitude seria d ferente
os senhores tratariam de analisar a forma como a lei
tem s do cump da ao longo destes anos e tomariam
cati a no sent do dei orrigir essa aplicacão se ipo
acaso nao estivessem de acordo om ela m

Por isso acusei os e epito a acusaçao os senhores
estao molt ados por um estr to objecti o de ataque pes
soal a falta de melho es argumentos para atacar o
Go e no

O Sr Octa io Te xeira (PCP) — Isso e mentira

O Orador — E amos entao ao Go erno d amos a
governaçao que era lai que se de a travar o debate
político

Os senhores le am todos esses relaçao s e de em con
tinuar a le los po que falta os a leitura de algumas
partes q i e constam nao só desses relatores como em
qualquer docu nento ser o de analise dos ult mos afios
d i e onomia portuguesa

Em relaçao aquilo que o Sr Deputado António
Guterres disse creio que V Ex esqueceu alguns
aspectos fundamentais que inclusivamente nao tem
uma l gaçao directa com o fluxo internacional da eco
nomia e dos efeitos reciprocos que estao embo a não
desligados dessa errente sobretudo dependentes da
ontade clara e firm de uma determ nada política e
ncto aso de na pol i ca de saneamento das finan
cas do Pais

E ou dar alguns exemplos concretos fo este
Go erno e nenhum outro que acabou com o emba
ratecimento artif al da d da publica Isto e ou, nao
erdade

O Vo es do PCP — Não e i erdade oni b ei

O Orador — O Sr Deputado sabe perfeitamente
que foi este Go erno que acabou com o embarateci
mento a tificial da d da publica e nao pode negar
esse facto O Sr Deputado sabe q ie ao longo dos
anos depois do 25 de Ab ilate 1985 inclusi e os ju os
da dida publica interna foram obrigatoriamente infe
r o es ou m smo e t emamente inferiores aos juros de
i r rdo pro o ando ao so irracional dade como
inclusivamente a criaçao de uma tributacão suple
mentar

Isto e verdade Sr Deputado Nao, pode negar lo
assim como nao pode negar q ie foi este Go e no e
nenhum outro que acabou com o embaratecimento
artif al obr gato io da dida publica Isto nada tem
a e com os fluxos internacionais da economia mas
n o m i a ondade firme e clara de sanear as finan
cas do Pais

Outro exemplo: o défice global do sector público ultrapassou os 20% do PIB no triénio 83/85 e está agora, após o triénio de 86/88, em menos de metade dessa percentagem do PIB.

O Sr. Presidente: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar imediatamente, Sr. Presidente.

Um último facto que terá interesse para o Sr. Deputado António Guterres tem a ver com a disciplina da execução orçamental. É inegável que, durante o período de 83/85, não havia Orçamento do Estado que não acabasse em défice suplementar, os célebres «buracos» orçamentais. É ou não verdade que foi este que acabou com os «buracos» orçamentais? É ou não verdade que foi com este Governo que deixou de haver défices suplementares? Mais: é ou não verdade que, em termos de execução orçamental, o défice ficou sempre aquém dos défices previstos?

O Sr. António Guterres (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. António Guterres (PS): — Sr. Presidente, para dizer que aquilo que o Sr. Deputado Silva Marques diz é tecnicamente incorrecto e politicamente desastrado.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Demonstre!

O Orador: — Em primeiro lugar — e vamos discutir os temas um por um —, o Governo empolou desnecessariamente, por incompetência na gestão da dívida pública, os preços dos respectivos juros, o que fez com que a subida dos juros da dívida pública tivesse tido um efeito indutor da subida das taxas de juro no mercado altamente lesivo das próprias empresas, em geral, do País. Porquê? Porque geriu, nos últimos meses, incorrecta e incompetentemente, a dívida pública.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não está a responder às questões!

O Orador: — Estou exactamente a responder às questões, uma por uma.

Em segundo lugar, é verdade que os défices orçamentais diminuíram, mas isso tem a ver com tais fluxos, tem a ver com a diminuição do preço do petróleo, das taxas de juro, do valor do dólar, todos redutores de despesas públicas, acrescentadores de receitas fiscais e redutores das despesas com os juros e com os encargos da dívida.

Portanto, tudo isso tem a ver, de facto com os tais fluxos de que falava, o que quer dizer que o «saco azul» criado no orçamento por esses fluxos permitiu uma gestão muito facilitada dos dinheiros públicos. É apenas isso que tem acontecido durante estes anos.

Esta é que é a verdade.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, se desejar dar esclarecimentos, tem a palavra.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado António Guterres, há factos inegáveis e, evidentemente, o Sr. Deputado pode socorrer-se de múltiplos argumentos.

Eu só disse que há alguns factos estritamente verificáveis que são inegáveis. Quem acabou com o embaratecimento artificial e obrigatório da dívida pública? Quem foi? Foi o actual Governo.

Reconhece ou não que, anteriormente, o embaratecimento artificial e obrigatório da dívida pública era não só um factor drástico de irracionalidade na economia como, inclusivamente, uma tributação suplementar e clandestina?

Quem acabou — e repito — com o embaratecimento artificial e obrigatório da dívida pública, foi o actual Governo. Os instrumentos utilizados e a forma de o fazer são discutíveis, mas o facto irrecusável é que foi o actual Governo que acabou com o embaratecimento artificial e obrigatório da dívida pública.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, posso dar-lhe o exemplo do défice. Quer queira quer não, o actual Governo introduziu uma firme disciplina na execução orçamental, permitindo-nos ficar com um défice aquém do previsto. A esse propósito, Sr. Deputado, vou dizer-lhe uma coisa irrecusável: nunca nenhuma oposição deu cabo das contas públicas. Nunca! Não foram as oposições que provocaram os «buracos» orçamentais, porque a Oposição, por definição, não tem acesso às contas, não tem acesso ao dinheiro.

Sr. Deputado, a desregulação da execução orçamental tem tido uma grande origem, que é a própria incapacidade dos governos de se manterem, firmes e fiéis a certos objectivos do Estado, entre eles o saneamento financeiro do País. Só que para isso é preciso firmeza, o que nem sempre tem existido.

O Sr. António Guterres (PS): — Na AD!

O Orador: — É preciso firmeza porquê, Sr. Deputado? Porque todos nós somos de carne e osso. Todos os partidos têm as mesmas motivações imediatistas...

O Sr. António Guterres (PS): — Na AD!

O Orador: — ..., que é a de quererem o melhor para as suas terras, quererem estradas, liceus, hospitais, quererem tudo. Mas é preciso que haja um governo que faça a síntese e que se mantenham fiel à linha traçada de governação. Quando esta firmeza não existe...

O Sr. António Guterres (PS): — Na AD!

O Orador: — ..., os Governos caem...

O Sr. António Guterres (PS): — Na AD!

O Orador: — ..., derrotados por essa avidez legítima e normal de todos querermos tudo e já. Pois bem, a grande inovação deste Governo foi a de ter trazido, à luz dos interesses do nosso país, essa legítima, insubstituível e necessária disciplina da execução orçamental. Isto, Sr. Deputado é inegável, é um facto, é irrecusável. Todos têm — e não estou a acusar-vos, pois todos nós temos culpa — tendência imparável para a desregulação orçamental. Felizmente que veio um governo,

d rígido por quem Primeiro Ministro que foi capaz de sobrepor a a idez mediatista dos nossos desejos sem p e il mitados o interesse da governação do País Isto Sr Deputado e i recusa el e felizmente que assim e porque e por isso que o nosso pais esta a andar para a frente

O Sr Narana Coissoro (CDS) — Sr Presidente peço a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Presidente — Tem a palavra Sr Deputado

O Sr Narana Coissoro (CDS) — Sr Presidente compete a esta Assémbelia da Republ ca fiscalizar os actos da Administração Pública entre os quais os actos da adm n stracão financeira

O Sr Deputado Sil a Marques acabou de lançar uma grave acusação sobre a administração financeira dô Estado e alem disso sobre o Tribunal de Contas a quem compete vigiar a execução da administração publ ca f nanceira ao dizer que esta viola a lei quando atrebu aos ministros subsídios que não estao previstos na lei e até sao contra a propria lei

Dé o dizer que a mim não me consta isso mas coisa diferente Quando o Sr Deputado Sil a Marques disser os nomes dos ministros que ilegalmente receberam subsídios poderei dizer lhe os nomes dos ministros que de xaram por li re iniciativa — por li re iniciativa repito — de receber os subsídios dizendo que não tinham devido a receberlos porque apesar de terem esidencia fora de Lisboa já tinham adquirido outra esidencia há mais de um ano em Lisboa como sucedeu na passagem do I para II Governos da AD Posso dizer os nomes quando o Sr Deputado Sil a Marques me disse os nomes dos prearcadores

Aqui leanto a honra da administração pública financeira a tao malbaratada e tao offendida pelo Sr Deputado Sil a Marques

O Sr Presidente — Sr Deputado Nana Coissoro tem a palavra para interpelar a Mesa

O Sr Narana Coissoro (CDS) — Já interpelei Sr Presidente

O Sr Presidente — Então não foi uma interpelação

ORDEM DO DIA

O Sr Presidente — Srs Deputados jencer ade o pe odo de antes da ordem do dia amos dar ncio ao per odo da o dem do dia om a leitura feita pelo Sr Secretário de ar os elato iros e pa cece es da Comissão de Regimento e Mandatos

O Sr Secretario (Joao Salgado) — O primeiro relatório e do seguinte teor

De acordo com o solicitado pelo Tribunal Judicial de Vila Nova de Cerveira a Comissão de Regimentos e Mandatos decide emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Albeiro Marques Oliveira a ser ou do como testemunha no processo que corre os seus trâmites no Tribunal

O Sr Presidente — Vamos votar

Submetida a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr Presidente — O Sr Secretário vai passar a leitura do segundo relatório da Comissão de Regimento e Mandatos

O Sr Secretario (Joao Salgado) — O segundo relatório e do seguinte teor

De acordo com o solicitado no Ofício n.º 808 — Processo n.º 338/89 — Secção U do Tribunal de Círculo da Comarca da Anadia de 13 de Julho de 1989 enviado a Assembleia da República acerca do Sr Deputado Valdemar Cardoso Alves tenho a honra de comunicar a V Ex a que esta Comissão Parlamentar decidiu emitir parecer no sentido de hao autorizar o referido Sr Deputado a depor como testemunha no processo em referencias

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos votar

Submetida a votação foi aprovado por unanimidade reg stando se a ausência de Os Verdes

O Sr Presidente — Srs Deputados existe uma solicitação da Comissão de Saúde que o Sr Secretário vai passar a ler

O Sr Secretario (Joao Salgado) — E o seguinte

Reconhecendo se a utilidade de um encontro entre a Comissão de Saúde e o Sr M nistro da Educação a fim de ser abordado o problema da SIDA é o seu elacionamento com a escola inha mos sol citado a intenção de V Ex no sentido de que tal encontro possa realizar se no proximo dia 28 pelas 10 horas neste Palácio

O Presidente da Comissão — Ferraz de Abreu

O Sr Presidente — Srs Deputados trata-se pois de uma ação para que a Comissão de Saúde possa reunir no próximo dia 28 do corrente

Vamos votar

Submetida a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr Presidente — Srs Deputados existe uma outra solicitação da Comissão de Inquérito a Actos Administrativos na área do Ministério da Saúde que o Sr Secretário vai passar a ler

O Sr Secretario (Joao Salgado) — E o seguinte

A Comissão de Inquerito a Actos Administrativos na área do Ministério da Saúde solicitaça a V Ex se dignar autorizar a comissão a reunir a partir do dia 13 do proximo mes de Setembro com o objectivo de adiantar os trabalhos

O Presidente da Comissão de Inquerito — Vídegal Amaro

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos votar

Submetida a votação foi aprovado por unanimidade registando-se a ausência de Os Verdes

O Sr. Presidente: De seguida, o Sr. Secretário vai passar a ler um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.

O Sr. Secretário (João Salgado): — O relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 26 de Julho de 1989, pelas 15:30 horas, foram observadas as seguintes substituições de deputados:

1 — Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (PSD):

Luis António Damásio Capoulas (Círculo Eleitoral de Évora), por António Augusto Ramos. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período não inferior a 60 (sessenta dias), a partir do dia 15 de Julho corrente, inclusive.

Manuel Dias Loureiro (Círculo Eleitoral da Guarda), por Alexandre Azevedo Monteiro. Esta substituição é determinada nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), a partir do dia 25 de Julho corrente, inclusive.

José Mendes Bota (Círculo Eleitoral de Faro), por Álvaro José Martins Viegas. Esta substituição é determinada pela eleição do Sr. Deputado José Mendes Bota como deputado ao Parlamento Europeu, a partir do dia 26 de Julho corrente, inclusive.

2 — Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS):

Luis Filipe Nascimento Madeira (Círculo Eleitoral de Faro), por José Florêncio Botelho Castel Branco. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 26 de Julho corrente a 15 de Outubro próximo, inclusive.

João Cardona Gomes Cravinho (Círculo Eleitoral de Lisboa), por António Manuel Nu Calado. Esta substituição é determinada pela eleição do Sr. Deputado João Cravinho como deputado ao Parlamento Europeu, a partir do dia 26 de Julho do corrente, inclusive.

José Manuel Torres Couto (Círculo Eleitoral de Leiria), por Júlio da Piedade Nunes Henriques. Esta substituição é determinada pela eleição do Sr. Deputado Torres Couto como deputado ao Parlamento Europeu, a partir do dia 26 de Julho corrente, inclusive.

Nuno Manuel Brederode Rodrigues dos Santos (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho.

Esta substituição é determinada nos termos do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), em, virtude do Sr. Deputado Nuno Brederode dos Santos ter requerido a renúncia ao mandato de deputado, a partir do próximo dia 1 de Agosto, inclusive.

Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho (Círculo Eleitoral de Lisboa), por António Manuel Nu Calado. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para o período de 1 de Agosto a 22 de Setembro próximos, inclusive.

3 — Solicitadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP):

Manuel Anastácio Filipe (Círculo Eleitoral de Beja), por Maria de Lourdes Dias Fernandes Hespanhol. Esta substituição é pedida nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período não inferior a 2 (dois) meses, a partir de 15 de Julho corrente, inclusive.

Carlos Alberto Vale Gomes Carvalhas (Círculo Eleitoral de Lisboa), por António Filipe Gaião Rodrigues. Esta substituição é determinada pela eleição do Sr. Deputado Carlos Carvalhas como deputado ao Parlamento Europeu, a partir do dia 25 de Julho corrente, inclusive.

Jorge Manuel Abreu Lemos (Círculo Eleitoral de Lisboa), por João Camilo Vieira Carvalhal Gonçalves. Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período de 6 (seis) meses, a partir do próximo dia 1 de Agosto, inclusive.

Álvaro Barreirinhos Cunhal (Círculo Eleitoral de Lisboa), requer a renúncia ao mandato de deputado, a partir do próximo dia 13 de Agosto, passando a exercer funções com carácter efectivo o Sr. Deputado Octávio Augusto Teixeira desde a mesma data.

Diamantino José Dias (Círculo Eleitoral de Portalegre), requer a renúncia ao mandato de deputado, a partir do próximo dia 14 de Agosto, passando a exercer funções com carácter efectivo o Sr. Deputado Luís Manuel Loureiro Roque desde a mesma data.

4 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Maria Amélia do Carmo Mota Santos (Círculo Eleitoral de Setúbal), por Andrade Valente Martins. Esta substituição é determinada pela eleição de Sr.ª Deputada Maria Amélia Santos

como deputada ao Parlamento Europeu a partir do dia 25 de Julho corrente inclui e

5 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha verificou-se que os substitutos indicados são realmente os candidatos não eleitos que devem ser chamados ao exercício de funções considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a suffragio pelos aludidos partidos nos concorrentes círculos eleitorais

6 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis

7 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer

As substituições em causa são de admitir uma vez que se encontram verificados os requisitos legais

O Presidente Joao Domingos de Abreu Salgado (PSD) O Vice Presidente Alberto Marques de Oliveira Silva (PS) O Secretário Valdemar Cardoso Alves (PSD) — Arlindo da Silva Andre Moreira (PSD) — Carla Maria Tato Diogo (PSD) — Daniel Abilio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silveira Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — Jose Alberto Puig dos Santos Costa (PSD) — José Augusto Santos da Marques (PSD) — Jose Guilherme Pereira dos Reis (PSD) — José Manuel da Silva Torres (PSD) — Luis Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel António da Feira (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — Vasco Francisco Aguiar Miguel (PSD) — Helder Oliveira dos Santos Filipe (PS) — Mario Manuel Cal Branda (PS) — Jose Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — Herculano da Silva Pombo M. Sequeira (Os Verdes)

O Sr Presidente — Srs Deputados vamos votar

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente peço a palavra para interpellar a Mesa

O Sr Presidente — Faça favor Sr Deputado

O Sr Silva Marques (PSD) — Sr Presidente não entendo levantar um precedente sobre o tratamento

O Sr Joao Amaral (PCP) — Então não levante

O Orador — Bem como estava a dizer não vou levantar um precedente sobre o tratamento destas questões de substituição dos deputados mas dos casos apontados penso que um não tem o enquadramento habitual das substituições trata-se do caso do Sr Deputado Jorge Lemos

Toda a imprensa que tenho lido todos os jornais de forma geral apresentam a substituição do Sr Deputado Jorge Lemos como um caso de retaliação política no seu próprio partido

O Sr Narana Coissoro (CDS) — E como o

Macedo não é?

O Orador — A propósito entre isto que o Sr Deputado deu a um jornal pressumi-lhe pelo menos não exclui esta interpretação — alás nas suas próprias declarações ele não a recusa embora também não a afirme

Perante isto eu não podia de forma alguma ficar em silêncio por isso leanto esta questão a Constituição da República Portuguesa no seu artigo 2º garante que ninguém poderá ser prejudicado ou perseguido em consequência de convicções políticas ou ideológicas Em segundo lugar não é pensável que os próprios partidos sejam eles quais forem possam considerar se contadas onde estes princípios da Constituição da República Portuguesa não têm aplicação

Cada partido tem a sua vida interna que é livre de organizar só que deve fazê-lo à luz dos princípios constitucionais que nos regem que vêm e prevalecem na República Portuguesa Os partidos não são contadas pelo que tem de organizar-se em respeito dos princípios constitucionais

Ora perante os factos anunciamos por toda a imprensa — e quantas vezes a oposição em invocar a imprensa para fundamentar as questões que levantam e dada a unanimidade da imprensa sobre este caso pergunto se o pedido de substituição do Sr Deputado Jorge Lemos não é de facto uma retaliação política interior do seu partido

Protestos do PCP

Pois assim sendo isso seria inconstitucional facto pelo qual tomo a palavra para pedir explicações ao PCP

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Explicações?

O Orador — relativamente aos factos que toda a imprensa unanimemente tem publicitado

O Sr Joao Amaral (PCP) — Isto é uma ergonha

O Sr Presidente — Sr Deputado Silveira Marques tendo em conta que a Comissão Permanente tem uma Mesa que é responsável pela condução dos trabalhos importa desde já dizer que consultados os processos as três substituições pedidas pelo PSD as cinco pedidas pelo PS as cinco pedidas pelo PCP e uma pedida por Os Verdes estão conformes a Constituição o Regimento e o Estatuto dos Deputados

O Sr Silva Marques (PSD) — Isso não impede que eu levante a questão sobre a sua constitucionalidade

O Sr Presidente — Sr Deputado Silva Marques eu estou a dizer que em função dos processos elas estão conformes

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Sr Presidente peço a palavra para interpellar a Mesa

O Sr Presidente — Faça favor Sr Deputado

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, aquilo que acabou de ser dito é absolutamente inadmissível, contudo, não nos merece qualquer comentário nesta sede e neste momento, pelo que solicitamos ao Sr. Presidente que apenas sejam votados os processos que estejam em condições.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está encerrado o debate. Vamos votar o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de deputados.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do Os Verdes.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Afinal, o Sr. Deputado Silva Marques votou a favor?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o relatório que acabou de ser votado está assinado por vários Srs. Deputados, entre os quais o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, isso não impede que tome a palavra para interpelar a Mesa e o PCP sobre esta matéria.

O Sr. Presidente: — Não impede nada, Sr. Deputado. É apenas para que as coisas fiquem claras.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, não cabe à Mesa fazer a defesa da bancada do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, cabe à Mesa atender a uma posição aqui assumida e dizer que o processo está conforme.

Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos de hoje, pelo que declaro encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 20 minutos.

AS REDACTORAS: — Maria Leonor Pereira — Cacilda Nordeste.

 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

D p o t l g l 8818/85

IMPRENSA NACIONAL CASA DA MOEDA E P
AVISO

Por ordem superior e para constar comunica se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não traga apostila competente ordem de publicação assinada e autenticada com selo branco



PORTE
PAGO

1 — P ç d pági p d 1 4\$50 p ç p
1 h d 93\$

2 — P t d D d Ass mbl d
R p bl p d d t á mp d d d
J D mb d d O m p bl d m
N mb D zemb d an q mpletam l gi
l á dq d p ç d p

3 — O p az d l m ç d f l d D d d R p
bl p t t g ã tó m t g á
p t m t d 30 90 d d d p bl ç

PREÇO DESTE NUMERO 108\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex